

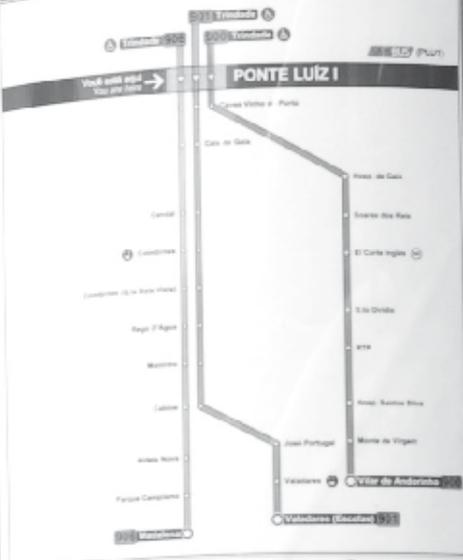


Contas do Exercício e Anexos

09



PERCURSOS A PARTIR DESTA PARAGEM



- 1. Localização da Paragem
- 2. Localização do Destino
- 3. Localização da Paragem
- 4. Localização do Destino
- 5. Localização da Paragem
- 6. Localização do Destino

900 TRINDADE-VILAR DE ANDORINHO



Horário na Paragem PONTE LUÍZ I

DIAS ÚTEIS	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	1
Partida	13	13	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Chegada	38	38	15	20	20	30	30	30	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Partida	58	45	30	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Chegada	45																				
Partida																					
Chegada																					
Partida																					
Chegada																					
Partida																					
Chegada																					

STCP



Contas do Exercício e Anexos

09



GÁS

Índice

9	CONTAS DO EXERCÍCIO	106
10	OUTRA INFORMAÇÃO	133
	10.1 Painel de Indicadores de Actividade	133
	10.2 Índice GRI	141
	10.3 Informação relativa ao Governo da Sociedade	144
	10.3.1 Funções e Responsabilidades dos Órgãos Sociais	144
	10.3.2 Curricula Vitae dos Membros dos Órgãos Sociais	148
	10.3.3 Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	164
	10.3.4 Informação sobre transacções com entidades relacionadas	170
	10.3.5 Código de Ética e de Conduta	172
	10.3.6 Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas	173
	10.4 Associações e Parcerias	174
11	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	176
12	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	180

9 CONTAS DO EXERCÍCIO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(montantes expressos em euros)

Activo	Exercícios			
	2009			2008 (*)
	AB	AA	AL	AL
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	752.112,68	752.112,68		
Despesas investigação e desenvolvimento	88.749,10	82.256,14	6.492,96	16.409,33
Propriedade industrial e outros direitos	4.425.531,24	4.275.097,10	150.434,14	2.469,65
Imobilizações em curso	549.478,30		549.478,30	
	5.815.871,32	5.109.465,92	706.405,40	18.878,98
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	15.473.636,89		15.473.636,89	15.473.636,89
Edifícios e outras construções	40.034.387,78	20.548.853,78	19.485.534,00	20.505.664,41
Equipamento básico	82.604.174,31	53.785.304,01	28.818.870,30	34.741.530,97
Equipamento de transporte	2.051.249,05	1.713.409,31	337.839,74	315.623,56
Ferramentas e utensílios	705.175,42	643.468,08	61.707,34	54.242,05
Equipamento administrativo	4.874.652,75	4.447.630,11	427.022,64	744.915,42
Outras imobilizações corpóreas	1.510.023,20	397.047,75	1.112.975,45	1.140.126,91
Imobilizações em curso	1.914.906,16		1.914.906,16	1.965.531,64
Adiant. por conta de imobilizações corpóreas	24.726,00		24.726,00	39.126,00
	149.192.931,56	81.535.713,04	67.657.218,52	74.980.397,85
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	295.354,77		295.354,77	302.763,35
Empréstimos a empresas do grupo	710.000,00		710.000,00	310.000,00
Partes de capital em empresas associadas	157.123,71		157.123,71	131.138,76
Titulos e outras aplicações financeiras	25.000,00		25.000,00	25.000,00
	1.187.478,48		1.187.478,48	768.902,11
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	792.458,22	124.812,73	667.645,49	743.969,96
Produtos e trabalhos em curso	1.706,69		1.706,69	5.288,93
	794.164,91	124.812,73	669.352,18	749.258,89
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes, c/c	7.801.927,56		7.801.927,56	5.920.137,08
Empresas participadas e participantes				47.090,69
Estado e outros entes públicos	892.605,98		892.605,98	2.695.726,64
Outros devedores	3.862.920,89	909.642,54	2.953.278,35	4.253.399,30
	12.557.454,43	909.642,54	11.647.811,89	12.916.353,71
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	135.497,37		135.497,37	228.591,92
Caixa	60.069,72		60.069,72	56.399,19
	195.567,09		195.567,09	284.991,11
Acréscimos e diferimentos				
Acréscimos de proveitos	1.075.140,97		1.075.140,97	2.173.791,62
Custos diferidos	488.480,36		488.480,36	258.717,09
	1.563.621,33		1.563.621,33	2.432.508,71
Total de amortizações		86.645.178,96		
Total de ajustamentos		1.034.455,27		
Total do activo	171.307.089,12	87.679.634,23	83.627.454,89	92.151.291,36

(*) Valores ajustados de acordo com nota 2.

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(montantes expressos em euros)

Capital próprio e passivo	Exercícios	
	2009	2008 (*)
Capital próprio:		
Capital:		
Capital social	79.649.000,00	79.649.000,00
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	96.111,87	26.464,11
Reservas de reavaliação	16.139.300,41	16.264.033,10
Reservas:		
Reservas legais	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	306.776,43	306.776,43
Resultados transitados	-343.393.400,55	-304.639.257,99
Subtotal	-247.127.304,42	-208.318.076,93
Resultado líquido do exercício	-19.500.107,18	-38.878.875,25
Total do capital próprio	-266.627.411,60	-247.196.952,18
Passivo:		
Provisões:		
Outras provisões	4.596.312,75	4.238.023,81
	4.596.312,75	4.238.023,81
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Empréstimos por obrigações		
Não convertíveis	220.000.000,00	100.000.000,00
Dívidas a instituições de crédito	55.000.000,00	55.000.000,00
Fornecedores de imobilizado, c/c	18.987.641,32	21.142.072,69
	293.987.641,32	176.142.072,69
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos por obrigações		
Não convertíveis		29.000.000,00
Dívidas a instituições de crédito	12.658.533,23	86.658.791,52
Fornecedores, c/c	6.684.256,77	9.084.294,34
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	323.971,59	489.787,79
Outros empréstimos obtidos		2.260,64
Fornecedores de imobilizado, c/c	2.692.901,19	3.009.970,67
Estado e outros entes públicos	1.394.209,60	990.742,70
Outros credores	635.912,85	501.994,55
	24.389.785,23	129.737.842,21
Acréscimos de custos	24.487.303,68	25.344.140,18
Proveitos diferidos	2.793.823,51	3.886.164,65
	27.281.127,19	29.230.304,83
Total do passivo	350.254.866,49	339.348.243,54
Total do capital próprio e do passivo	83.627.454,89	92.151.291,36

(*) Valores ajustados de acordo com nota 2.

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(montantes expressos em euros)

Custos e perdas	Exercícios			
	2009		2008 (*)	
Custo merc. vend. e das mat.consumidas:				
Matérias	1.575.103,40	1.575.103,40	1.662.010,99	1.662.010,99
Fornecimentos e serviços externos		31.810.110,07		35.709.405,12
Custos com o pessoal:				
Remunerações	30.733.224,93		30.767.192,31	
Encargos sociais:				
Pensões	81.159,11		593.661,68	
Outros	7.451.144,42	38.265.528,46	7.415.877,44	38.776.731,43
Amortizações imob. corpóreo e incorpóreo	8.106.650,65		8.296.938,74	
Provisões	402.427,54	8.509.078,19	619.757,95	8.916.696,69
Impostos	96.370,74		131.343,88	
Outros custos e perdas operacionais	783.198,38	879.569,12	592.263,78	723.607,66
(A)		81.039.389,24		85.788.451,89
Perdas em empresas do grupo e associadas		7.408,58		95.000,00
Juros e custos similares:				
Outros	10.430.434,00	10.430.434,00	25.598.856,81	25.598.856,81
(C)		91.477.231,82		111.482.308,70
Custos e perdas extraordinários		2.775.051,52		2.350.786,97
(E)		94.252.283,34		113.833.095,67
Imposto sobre o rendimento do exercício		31.203,36		32.785,11
(G)		94.283.486,70		113.865.880,78
Resultado líquido do exercício		-19.500.107,18		-38.878.875,25
		74.783.379,52		74.987.005,53
Proveitos e ganhos				
Prestações de serviços	47.732.339,51	47.732.339,51	49.589.331,49	49.589.331,49
Variação da produção		-3.582,24		3.843,86
Trabalhos para a própria empresa		136.311,80		88.378,44
Proveitos suplementares	2.042.479,51		2.495.149,00	
Subsídios à exploração	20.137.879,86		18.758.629,05	
Outros proveitos e ganhos operacionais	409.316,52	22.589.675,89	480.496,35	21.734.274,40
Reversões de amortizações e ajustamentos	147.412,76	147.412,76	240.173,58	240.173,58
(B)		70.602.157,72		71.656.001,77
Ganhos em empresas do grupo e associadas	25.984,95		372.411,12	
Outros juros e proveitos similares:				
Outros	2.741.712,60	2.767.697,55	1.253.276,88	1.625.688,00
(D)		73.369.855,27		73.281.689,77
Proveitos e ganhos extraordinários		1.413.524,25		1.705.315,76
(F)		74.783.379,52		74.987.005,53
Resumo:		2009		2008
Resultados operacionais: (B) - (A) =		-10.437.231,52		-14.132.450,12
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =		-7.670.145,03		-24.068.168,81
Resultados correntes: (D) - (C) =		-18.107.376,55		-38.200.618,93
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		-19.468.903,82		-38.846.090,14
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =		-19.500.107,18		-38.878.875,25

(*) Valores ajustados de acordo com nota 2.

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração
 Presidente
 Vogais

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(montantes expressos em euros)

Método Directo	2009	2008
Actividades Operacionais:		
Recebimentos de clientes	49.971.495,29	50.297.926,22
Pagamentos a fornecedores	-40.656.213,47	-41.535.660,92
Pagamentos ao pessoal	-31.219.049,39	-31.342.909,77
Fluxo gerado pelas operações	-21.903.767,57	-22.580.644,47
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	68.137,96	-33.172,02
Outros recebimentos/pag. relativos à act. operacional	19.330.141,07	14.130.204,01
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	-2.505.488,54	-8.483.612,48
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	278.921,17	1.421.865,64
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-2.427.688,57	-2.112.246,53
Fluxos das actividades operacionais (1)	-4.654.255,94	-9.173.993,37
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros		1,00
Imobilizações corpóreas	71.561,68	154.090,72
Subsídios de investimento		37.637,19
Juros e proveitos similares	180.550,11	5.152,82
Dividendos	47.090,69	
	299.202,48	196.881,73
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-400.000,00	-295.000,00
Imobilizações corpóreas	-1.085.622,95	-6.223.880,45
Imobilizações incorpóreas	-318.839,64	-13.551,41
	-1.804.462,59	-6.532.431,86
Fluxos das actividades de investimento (2)	-1.505.260,11	-6.335.550,13
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	351.187.000,00	90.013.655,31
	351.187.000,00	90.013.655,31
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-320.325.006,37	-57.014.455,05
Amortização de contratos de locação financeira	-2.076.957,65	-2.293.031,57
Juros e custos similares	-8.843.340,97	-13.984.224,80
	-331.245.304,99	-73.291.711,42
Fluxos das actividades de financiamento (3)	19.941.695,01	16.721.943,89
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)	13.782.178,96	1.212.400,39
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	-18.745.145,10	-19.957.545,49
Caixa e seus equivalentes no final do período	-4.962.966,14	-18.745.145,10

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA:

1- Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes no final do período:

	2009	2008
Numerário	60.069,72	56.399,19
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	135.497,37	228.591,92
Equivalentes a caixa	-5.158.533,23	-19.030.136,21
Caixa e seus equivalentes	-4.962.966,14	-18.745.145,10
Descoberto bancário	5.158.533,23	19.030.136,21
Disponibilidades constantes do balanço	195.567,09	284.991,11

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(montantes expressos em euros)

	2009	2008 (*)
Prestação de serviços	67.870.036,12	68.347.960,54
Custo da prestação de serviços	-65.795.748,18	-69.872.484,86
Resultados brutos	2.074.287,94	-1.524.524,32
Outros proveitos e ganhos operacionais	4.089.917,00	4.806.211,64
Custos de distribuição	-4.959.676,12	-5.068.875,30
Custos administrativos	-8.010.222,38	-8.377.172,91
Outros custos e perdas operacionais	-2.730.342,11	-2.745.100,98
Resultados operacionais	-9.536.035,67	-12.909.461,87
Custo líquido de financiamento	-8.678.727,95	-14.810.813,34
Ganhos/Perdas em filiais e associadas	-51.071,39	277.169,13
Ganhos/Perdas em outros investimentos	990.006,55	-9.473.005,73
Resultados não usuais ou não frequentes	-2.193.075,36	-1.929.978,33
Resultados correntes	-19.468.903,82	-38.846.090,14
Impostos s/ resultados correntes	-31.203,36	-32.785,11
Resultados correntes após impostos	-19.500.107,18	-38.878.875,25
Resultados líquidos	-19.500.107,18	-38.878.875,25
Resultados por acção	-1,2241	-2,4406

(*) Valores ajustados de acordo com nota 2.

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração
 Presidente
 Vogais

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA foi instituída pelo Decreto-Lei 202/94, de 23 de Julho, como sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido ao Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criado pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de Dezembro de 1950.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA assegura o transporte colectivo público rodoviário de passageiros, em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia - integrados na Área Metropolitana do Porto.

Explora preponderantemente o modo autocarro e, também, o modo carro eléctrico.

Em 2008, a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA, implementou um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, do Ambiente e da Segurança e Saúde no Trabalho (SIG-QAS), tendo obtido as respectivas certificações nas Normas NP EN ISO 9001:2008-Qualidade, NP EN ISO 14001:2004-Ambiente e OHSAS 18001:2007- Segurança e Saúde do Trabalho, em 26 de Dezembro de 2008. O âmbito da certificação abrangeu toda a actividade da empresa, com excepção do Museu do Carro Eléctrico.

No final do ano de 2009 decorreu a Auditoria Anual de Acompanhamento da Certificação do Sistema Integrado de Gestão da STCP, realizada por uma equipa de auditores da APCER. Na sequência da Auditoria foi mantida a certificação atribuída.

Em 2009 a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA, iniciou todos os preparativos com vista à instalação de um novo sistema de gestão integrado para os serviços de natureza administrativo de

todas as áreas da empresa. O novo sistema, adjudicado à empresa PRIMAVERA, substituiu o SAP em Janeiro de 2010.

Em 2009 a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA, assinou contratos para a aquisição de 35 novas viaturas, 15 de 2 pisos e 20 articulados, num investimento que ultrapassa os 11 milhões de euros. As viaturas estão equipadas com motor Diesel segundo as normas Euro V – para autocarros articulados – e EEV – para os dois pisos.

A opção por viaturas de grande capacidade tem por objectivo uma melhor oferta em percursos de procura mais intensa (articulados) e onde os passageiros efectuem percursos mais longos (dois pisos).

Em 2009 a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. amortizou, em Abril, um empréstimo Schuldschein de 25.000 milhares de euros e em Novembro um empréstimo obrigacionista de 29.000 milhares de euros. Ambos os financiamentos tiveram início em 2002 e tinham o aval do Estado Português.

Em Outubro de 2009 a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA emitiu um empréstimo obrigacionista de 120.000 milhares de euros a cinco anos. A emissão tem a garantia do Estado Português. As obrigações foram admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

Este empréstimo responde ao objectivo de reequilibrar a estrutura de endividamento da empresa, consolidando parte do passivo de curto prazo.

As notas a seguir indicadas estão de acordo com a numeração sequencial definida no POC e aquelas cuja numeração não consta deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras em apreciação.

2. RÚBRICAS CUJO CONTEÚDO NÃO É COMPARÁVEL

Os instrumentos financeiros detidos pela Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA nomeadamente os contratos de swap de taxa de juro, passaram a partir de 01 de Janeiro de 2009, nas Demonstrações Financeiras Individuais da Empresa preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, a serem mensurados ao justo valor.

A alteração de política contabilística teve por base a orientação prevista no Despacho n.º 101/09 do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 30 de Janeiro com o objectivo de facilitar a comparabilidade entre as empresas do Sector Empresarial do Estado. O referido Despacho foi registado na acta n.º 47/09, ponto 5.1, de 17 de Novembro de 2009 do Conselho de Administração com a decisão de o fazer reflectir nas demonstrações financeiras do presente ano.

A empresa procedeu ainda à reclassificação das verbas relativas à comparticipação financeira atribuída pelo Estado em razão da obrigação tarifária decorrente da implementação da assinatura 4_18@escola.tp e do tarifário social Andante, relevando-as como receita relativa a prestação de serviços de transporte e não como subsídios à exploração.

Os valores relativos ao ano de 2008 incluídos nas presentes Demonstrações Financeiras (comparativo), foram ajustados para estarem em conformidade com as novas políticas contabilísticas e para permitirem a comparabilidade entre exercícios.

Os ajustamentos efectuados nas Demonstrações Financeiras de 2008 foram os seguintes:

Conta	Descrição	Nota	2008	2008 Reexpresso	Ajustamento
Balço			-318.173.993,06	-318.173.993,06	0,00
273	Acréscimo de Custos	1	8.220.487,59	25.344.140,18	17.123.652,59
59	Resultados transitados	1	-298.205.466,71	-304.639.257,99	-6.433.791,28
88	Resultado Líquido	1	-28.189.013,94	-38.878.875,25	-10.689.861,31
Demonstração de Resultados por natureza			54.969.653,04	44.279.791,73	-10.689.861,31
68	Custos e Perdas Financeiras	1	-13.787.139,92	-25.693.856,81	-11.906.716,89
72	Prestações de Serviços	2	48.846.525,98	49.589.331,49	742.805,51
74	Subsídios à exploração	2	19.501.434,56	18.758.629,05	-742.805,51
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	1	408.832,42	1.625.688,00	1.216.855,58
Demonstração de Resultados por funções			-13.593.957,76	-24.283.819,07	-10.689.861,31
Custo líquido de financiamento		1	-13.593.957,76	-14.810.813,34	-1.216.855,58
Ganhos/Perdas em outros investimentos		1	0,00	-9.473.005,73	-9.473.005,73

(1) Ajustamento decorrente da aplicação do justo valor aos contratos de swap's de taxa de juro;

(2) Reclassificação das verbas relativas aos tarifários Social Andante e 4_18 da rubrica de subsídios à exploração para rubrica de prestação de serviços.

3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E MÉTODOS DE CÁLCULO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

3.1. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS:

Os principais critérios valorimétricos foram os seguintes:

a) Disponibilidades

As disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor a 31 de Dezembro de 2009.

b) Dívidas de e a terceiros em moeda estrangeira

Os saldos expressos em moeda estrangeira estão actualizados ao câmbio em vigor a 31 de Dezembro de 2009.

c) Existências

As existências dão entrada pelo custo de aquisição ou de produção. Como método de custeio das saídas ou consumos é utilizado o custo médio ponderado.

d) Acréscimos e diferimentos

A Empresa regista nesta rubrica as despesas e as receitas que respeitam a vários exercícios futuros e que são imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde, compreendendo essencialmente:

- As remunerações e respectivos encargos devidos por férias e subsídio de férias, vencidas e não pagas no final de cada exercício;
- Os encargos financeiros vencidos e não pagos até ao final de cada exercício, bem como os encargos financeiros pagos e a imputar aos exercícios seguintes;
- Os custos com fornecimentos e serviços externos (nomeadamente comissões, rendas e alugueres, subcontratos, electricidade, comunicações e conservação e reparação) relativos ao exercício, a pagar no exercício seguinte;
- O custo com o imposto municipal sobre imóveis a pagar no exercício seguinte;
- As receitas obtidas pela venda de bilhetes de assinatura que respeitem ao exercício seguinte;
- Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de imobilizações, reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas;
- Os prémios de seguro, repartidos pelos exercícios de acordo com o respectivo período de vigência;

- O justo valor dos contratos de swap de taxa de juro;
- O grau de financiamento do fundo de pensões constituído para assumir as responsabilidades emergentes do plano de benefícios definidos com complementos de pensões de reforma e invalidez.

e) Indemnizações Compensatórias do Governo Português

A Empresa está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo Governo de indemnizações compensatórias não reembolsáveis para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das suas obrigações de serviço público. A Empresa segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

f) Imobilizações

- Imobilizações incorpóreas
Estão valorizadas ao custo de aquisição/produção, líquido das amortizações efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.
- Imobilizações corpóreas
Estão registadas pelos valores de aquisição/produção acrescidos do aumento resultante das reavaliações efectuadas, indicado no ponto n.º 12, líquido de amortizações acumuladas.
- Investimentos financeiros
As participações de capital em filiais e associadas estão valorizadas segundo o método da equivalência patrimonial e as participações de capital em outras empresas estão valorizadas ao método do custo.

3.2. MÉTODOS DE CÁLCULO UTILIZADOS

a) Amortizações

Os bens do activo imobilizado corpóreo e incorpóreo adquiridos e produzidos até 31.12.88 estão a ser amortizados de acordo com os critérios que vinham sendo seguidos pela Empresa, critérios que foram sancionados pela Administração Fiscal aquando da entrada em vigor do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Estes bens são amortizados de acordo com taxas diferentes das previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro e segundo o método das quotas constantes, por duodécimos.

Os bens adquiridos a partir de 01.01.89 estão a ser amortizados de acordo com a sua vida útil, que sempre que possível se encontra dentro dos limites estabelecidos pelo Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, utilizando-se o método das quotas constantes, por duodécimos.

A vida útil dos activos está determinada como segue, consoante o ano de aquisição:

(anos)

Rubricas	Até 1988	1989 e 90	1991 a 01	2002 a 09
Edifícios e outras construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	10 a 50
Equipamento básico	5 a 36	8 a 12	8 a 12	3 a 20
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12
Ferramentas e utensílios	5 a 56	5 a 10	5 a 10	5 a 10
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	-	-	10	4 a 10
Despesas de investigação e desenvolvimento	-	-	3	3
Propriedade e outros direitos	-	-	3 a 5	3 a 5

b) Ajustamentos

Foram ajustadas as seguintes rubricas do activo:

- Clientes e outras dívidas de terceiros - de acordo com o risco de incobrabilidade dos respectivos créditos.
- Depreciação de existências - de acordo com a quantificação dos materiais em excesso, obsoletos, defeituosos e deteriorados.

- Outros investimentos financeiros – de acordo com o valor recuperável, quando inferior ao registado no activo.

c) Provisões

Foram constituídas as seguintes Provisões:

- Processos judiciais em curso - de acordo com os encargos que a Empresa poderá vir a suportar por processos pendentes, em 31 de Dezembro de 2009, em Tribunal e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais - de acordo com os encargos que a Empresa deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de Dezembro de 2009. Até Fevereiro de 1998, a Empresa foi auto-seguradora relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de Março de 1998, a Empresa transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquias de 30 dias. A partir de 1 de Março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquias.
- Outros riscos e encargos – de acordo com os encargos que a Empresa poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de Dezembro de 2009.

4. COTAÇÕES UTILIZADAS NA CONVERSÃO DAS CONTAS ACTIVAS E PASSIVAS EXPRESSAS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os saldos expressos em moeda estrangeira, de valor pouco relevante, estão actualizados ao câmbio em vigor a 31 de Dezembro de 2009.

6. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa está sujeita ao regime geral de IRC, mas dada a sua situação deficitária nunca pagou imposto sobre o rendimento. Suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e, por outro lado, tem efectuado o pagamento especial por conta a que se encontra obrigada.

Assim, os prejuízos fiscais acumulados nos últimos seis anos são os seguintes:

Ano	Prejuízos fiscais
2003	23.904.523,22
2004	25.984.946,82
2005	19.629.563,03
2006	20.309.815,49
2007	24.714.364,80
2008	22.643.194,03

Face ao exposto, a Empresa não procedeu ao reconhecimento de qualquer activo ou passivo por impostos diferidos por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

7. PESSOAL

Durante o exercício de 2009, o efectivo médio foi de 1.502 pessoas (1.591 pessoas em 2008).

8. MOVIMENTO OCORRIDO NAS CONTAS DE DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Conta	Descrição	Saldo inicial	Movimentos	Saldo final
431	Despesas de instalação	752.112,68	0	752.112,68
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	88.749,10	0	88.749,10

10. MOVIMENTO NO ACTIVO IMOBILIZADO E RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS

Activo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Ajust. tos	Transferências e abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	752.112,68					752.112,68
Desp. inv. e desenvolvimento	88.749,10					88.749,10
Prop. industrial e out. direitos(*)	1.098.489,91	39.958,89			3.287.082,44	4.425.531,24
Imobilizações em curso	0,00	391.923,30			157.555,00	549.478,30
	1.939.351,69	431.882,19			3.444.637,44	5.815.871,32
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	15.473.636,89					15.473.636,89
Edifícios e outras construções	40.144.543,13	165.938,11			-276.093,46	40.034.387,78
Equipamento básico	83.289.219,06	222.536,01	1.052.525,23		144.944,47	82.604.174,31
Equipamento de transporte	2.065.631,56	116.253,14	38.666,12		-91.969,53	2.051.249,05
Ferramentas e utensílios	701.931,13	24.823,04	1.826,72		-19.752,03	705.175,42
Equipamento administrativo	8.593.783,31	135.609,26	3.279,31		-3.851.460,51	4.874.652,75
Outras imob. corpóreas	1.648.975,62				-138.952,42	1.510.023,20
Imobilizações em curso	1.965.531,64	408.517,74	8.378,61		-450.764,61	1.914.906,16
Adiant. conta imob. corpóreas	39.126,00				-14.400,00	24.726,00
	153.922.378,34	1.073.677,30	1.104.675,99		-4.698.448,09	149.192.931,56
Investimentos financeiros						
Partes em empresas do grupo	302.763,35			-7.408,58		295.354,77
Empréstimos a emp. grupo	310.000,00	400.000,00				710.000,00
Partes capital em associadas	131.138,76			25.984,95		157.123,71
Tít. e outras aplic. financeiras	25.000,00					25.000,00
	768.902,11	400.000,00		18.576,37		1.187.478,48

(*) Procedeu-se à transferência do software de imobilizado corpóreo para incorpóreo.

Amortizações e ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Anulação		Saldo final
				Alienações	Transferências e abates	
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	752.112,68					752.112,68
Desp. inv. e desenvolvimento	72.339,77	9.916,37				82.256,14
Prop. industrial e out. direitos(*)	1.096.020,26	107.287,08			3.071.789,76	4.275.097,10
	1.920.472,71	117.203,45			3.071.789,76	5.109.465,92
Imobilizações corpóreas						
Edifícios e outras construções	19.638.878,72	991.362,57			-81.387,51	20.548.853,78
Equipamento básico	48.547.688,09	6.620.288,17		1.052.525,23	-330.147,02	53.785.304,01
Equipamento de transporte	1.750.008,00	108.436,96		38.666,12	-106.369,53	1.713.409,31
Ferramentas e utensílios	647.689,08	17.141,02		1.826,72	-19.535,30	643.468,08
Equipamento administrativo	7.848.867,89	242.055,20		1.909,81	-3.641.383,17	4.447.630,11
Outras imobilizações corpóreas	508.848,71	10.163,28			-121.964,24	397.047,75
	78.941.980,49	7.989.447,20		1.094.927,88	-4.300.786,77	81.535.713,04

(*) Procedeu-se à transferência do software de imobilizado corpóreo para incorpóreo.

12. DIPLOMAS LEGAIS UTILIZADOS NA REAVIAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

As sucessivas reavaliações do Imobilizado Corpóreo tiveram por base os seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 278/85, de 19 de Julho;
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro;
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro.

13. QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVIAÇÕES

Rubricas	Custos históricos(a)	Reavaliações(a)(b)	Valores contabilísticos reavaliados (a)
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	902.636,84	3.587.273,42	4.489.910,26
Edifícios e outras construções	3.739.888,55	10.977.323,71	14.717.212,26
Equipamento básico	6.096,33	1.545,06	7.641,39
	4.648.621,72	14.566.142,19	19.214.763,91

(a) Líquido de amortizações

(b) Englobam as sucessivas reavaliações

14. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO

a) A repartição das imobilizações corpóreas e em curso afecta a cada sector da Empresa é a seguinte:

Sector	2009	2008
Produção de transportes	108.469.976,48	110.000.777,01
Manutenção	7.089.230,78	7.147.017,05
Estrutura geral	33.633.724,30	36.774.584,28
	149.192.931,56	153.922.378,34

b) A Empresa possui implantadas em propriedade alheia imobilizações corpóreas no montante de 13.243.846,58 euros (12.876.516,80 euros em 2008) e imobilizações em curso no montante de 151.486,36 euros (132.786,36 euros em 2008). São constituídas por linha aérea, subestações, cabos subterrâneos, via, abrigos, suportes de informação nas paragens, painéis de informação ao público, estações de comunicações rádio, interface rodoviário e estações de correspondência.

15. LOCAÇÃO

No exercício de 2009 e 2008, a STCP, SA pagou rendas de locação financeira no montante de 3.029.417,32 euros (inclui 952.459,67 euros de juros) e 4.010.443,21 euros (inclui 1.717.411,64 euros de juros), respectivamente.

O valor dos bens em regime de locação financeira à data de 31 de Dezembro de 2009 é o seguinte:

Descrição	Valor de aquisição	Amort. acumuladas	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	2.460.351,85		2.460.351,85
Equipamento básico	22.858.150,78	4.776.125,57	18.082.025,21
Total	25.318.502,63	4.776.125,57	20.542.377,06

Em 31 de Dezembro de 2009 a STCP, SA mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 23.122.458,60 euros (com IVA incluído quando este não é dedutível), a vencer nos próximos exercícios:

Anos	Amortizações vincendas	Juros vincendos	Rendas vincendas
2010	1.928.547,68	394.334,33	2.322.882,01
2011	1.966.139,10	356.742,87	2.322.881,97
2012	2.004.469,66	318.412,31	2.322.881,97
2013	2.007.101,08	279.437,92	2.286.539,00
2014	2.040.931,40	240.144,59	2.281.075,99
>=2015	10.969.000,08	617.197,58	11.586.197,66
Total	20.916.189,00	2.206.269,60	23.122.458,60

Adicionalmente a Empresa tem responsabilidades assumidas com contratos de locação operacional de 175 autocarros e 4 de viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias.

Nos exercícios de 2009 e 2008 foram reconhecidos custos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 6.166.078,52 euros e 7.566.789,19 euros, respectivamente.

As responsabilidades com rendas vincendas relativas aos contratos de locação operacional são a 31 de Dezembro de 2009:

Anos	Rendas vincendas
2010	5.765.346,81
2011	5.763.754,61
2012	5.763.754,57
2013	4.722.136,07
2014	3.113.648,87
>=2015	1.626.851,89
Total	26.755.492,82

16. EMPRESAS ASSOCIADAS E OUTRAS PARTICIPADAS

a) Empresas do Grupo e Associadas

Descrição	% Part.	Capitais próprios	Resultado líquido	Valorização no balanço
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda(*) Avenida Fernão Magalhães, 1862 - 13º, 4350-158 Porto	100	-77.531,87	-465.375,92	0,00
AUTOLOC- Aluguer de Autocarros, ACE (*) Av. Aliados, 54 3º 4000-066 Porto	90	328.171,97	-8.231,75	295.354,77
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE (*) Avenida Fernão Magalhães, 1862 - 9º, 4350-158 Porto	33	-4.143.190,00	224.309,00	0,00
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, SA(*) Av. Quinta Grande, 53 3º A 2610-156 Alfragide-Amadora	20	785.618,57	129.924,70	157.123,71

(*) Dados das contas provisórias de 2009

No ano de 2009, a STCP procedeu ao reforço de prestações suplementares, no montante de 400.000,00 euros, para a STCP Serviços, Unipessoal Lda.

b) Outras Empresas Participadas

- OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA, com sede na Rua de Assis de Vaz, 27, 4200-096 Porto, sendo a participação de 25.000,00 euros correspondente a 12% do capital social.
- Metro do Porto, S.A., com sede na Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 7º Piso, 4350-158 Porto, sendo a sua participação de 1.250.000,00 euros correspondentes a 16,6% do capital social. No balanço encontra-se valorizada por zero euros dado que, até Outubro de 2008, esta participada encontrava-se valorizada pelo método de equivalência patrimonial passando desde então a ser valorizada pelo método do custo.

21. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS ACTIVO CIRCULANTE

Ajustamentos

Contas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Existências				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	272.225,49		147.412,76	124.812,73
Dividas de terceiros				
Clientes c/c				
Outros devedores e credores	909.642,54			909.642,54
	1.181.868,03		147.412,76	1.034.455,27

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

	2009	2008
Clientes de cobrança duvidosa		
Outros devedores de cobrança duvidosa	909.642,54	909.642,54

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

	2009	2008
Dívidas activas	289.598,27	290.458,90
Empréstimos e adiantamentos (*)	289.598,27	290.458,90
Dívidas passivas	4.573.031,75	4.531.885,84
Remunerações a pagar	4.254,01	3.999,78
Encargos c/ férias e subsídios de férias	4.568.777,74	4.527.886,06

(*) Inclui 152.729,12 euros relativos a adiantamentos de subsídios de baixa de doença, regularizados à medida que a Segurança Social envia o subsídio de baixa para a Empresa, comparativamente com 140.603,19 euros de 2008.

28. DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2009, a Empresa não tinha quaisquer dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outros entes públicos.

29. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE 5 ANOS

Rubricas do balanço	Dívidas de 1 a 5 anos	Dívidas a mais de 5 anos	Total
Dívidas a instituições de crédito			
Empréstimo Schuldschein 02	55.000.000,00		55.000.000,00
Empréstimos por obrigações			
Obrigacionista 07		100.000.000,00	100.000.000,00
Obrigacionista 09		120.000.000,00	120.000.000,00
Fornecedores de imobilizado c/c	8.018.641,24	10.969.000,08	18.987.641,32
	63.018.641,24	230.969.000,08	293.987.641,32

Em Setembro de 2004 a STCP, SA, contraiu um empréstimo Schuldschein, a 7 anos, no montante de 55.000 milhares de euros. O reembolso do empréstimo efectuar-se-á ao par, integralmente, em Setembro de 2011. A STCP, SA pode, em qualquer momento de pagamento de juros, efectuar o reembolso antecipado. O empréstimo tem a garantia do Estado Português.

Em Junho de 2007 a STCP, SA contraiu um empréstimo obrigacionista, a 15 anos, no montante de 100.000 milhares de euros. O reembolso do empréstimo efectuar-se-á ao valor nominal, na data de vencimento do 30º cupão. A STCP, SA poderá proceder ao

reembolso antecipado, total ou parcial, a partir do 10º cupão inclusive. A emissão tem a garantia do Estado Português.

Em Outubro de 2009 a STCP, SA contraiu um empréstimo obrigacionista, a 5 anos, no montante de 120.000 milhares de euros. O reembolso do empréstimo efectuar-se-á ao valor nominal, no final do prazo da emissão. As obrigações foram admitidas à negociação na Euronext Lisbon. A emissão tem a garantia do Estado Português. A empresa procedeu, em Novembro de 2007, à contratação de operações de cobertura do risco de taxa de juro. Estas operações foram efectuadas tendo por base o empréstimo obrigacionista emitido no ano. A cobertura incide sobre 50.000 milhares de euros dos 100.000 milhares de euros do empréstimo, e foi repartida por duas operações de 25.000 milhares de euros cada, qualquer uma delas a vigorar até ao final da operação coberta, Junho de 2022. São operações de taxa fixa nos três primeiros anos, passando a variável pelos restantes onze anos e meio.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS

Complementos de Pensões de Reforma e Invalidez

A Empresa possui, desde 1 de Maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores com contrato de trabalho sem termo para que a sua pensão de reforma e invalidez nunca seja inferior a 650,00 euros, valor actualizado em 2007.

Em Dezembro de 1998 a Empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões BPI-Aberto, procedendo, com a assinatura do contrato de Adesão, a uma dotação inicial de 3.042.667,17 euros, correspondente a 304.158,66 unidades de participação.

No exercício de 2007, foi alterado o tecto das pensões de 598,56 euros para os actuais 650,00, o que originou um impacto nos custos do ano de 940.937,00 euros relativo à actualização da responsabilidade do fundo com o custo dos serviços passados.

Apresentam-se de seguida, os movimentos no Fundo de Pensões BPI-Aberto:

Ano	Valor dos activos	Contribuições STCP	Pensões Pagas	Rentab. líquida comissões	Responsabilidades do fundo	Taxa de Cobertura do fundo
1998	3.061.968,00	3.042.667,17		19.300,83	8.423.698,89	36,3%
1999	5.203.670,83	2.755.908,00	-802.902,63	188.697,46	7.871.030,82	66,1%
2000	6.893.007,75	2.493.989,49	-785.721,28	-18.931,29	7.183.189,00	96,0%
2001	6.358.079,00	374.054,00	-761.206,75	-147.776,00	6.383.294,25	99,6%
2002	5.703.021,00	398.000,00	-793.723,00	-259.335,00	5.728.871,25	99,5%
2003	5.340.541,00		-825.388,00	462.908,00	5.477.057,00	97,5%
2004	4.923.574,00		-746.446,00	329.479,00	4.819.881,00	102,2%
2005	4.594.160,00		-693.660,00	364.246,00	4.271.651,00	107,5%
2006	4.224.049,00		-643.999,00	273.888,00	3.796.726,00	111,3%
2007	3.997.361,00	235.869,00	-607.529,00	144.972,00	4.306.315,00	92,8%
2008	3.045.472,00		-634.320,00	-317.569,00	3.882.068,00	78,4%
2009	2.626.274,00		-612.168,00	-192.970,00	3.491.295,00	75,2%

De acordo com o estudo actuarial à data de 31 de Dezembro de cada ano, levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma decompõe-se da seguinte forma:

	2009	2008
Responsabilidades do fundo	3.491.295,00	3.882.068,00
Custo com serviços passados reformados	3.459.296,00	3.842.575,00
Custo com serviços passados activos	31.999,00	39.493,00

A Empresa procede à contabilização das responsabilidades assumidas segundo as orientações da Directriz Contabilística n.º 19 – Benefícios de Reforma, utilizando como método de cálculo das responsabilidades o Método de Crédito da Unidade Projectada. Os pressupostos financeiros e actuariais utilizados na avaliação actuarial das responsabilidades foram os seguintes:

Taxa de actualização	3%, no longo prazo, face à taxa de crescimento dos salários e 4% face à taxa de crescimento das pensões
Taxa de crescimento das pensões da STCP	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do tecto e a pensão da Seg. Social
Taxa de crescimento do tecto (1)	Sem crescimento, valor fixo de 650 euros
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social (2)	2%, no longo prazo
Taxa de crescimento dos salários	1% acima da taxa de crescimento das pensões
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 73/77
Tábua de invalidez	Tábua suíça EKV-80

(1) Nos anos anteriores a 2001 o tecto era de 548,68 euros. De 2001 até 2006, passou a 598,56 euros.

(2) Nos anos anteriores a 2001 era de 1%, no longo prazo

A 31 de Dezembro de 2009, os saldos das contas que incluem os custos relativos a complementos de pensões de reforma e invalidez são os seguintes:

Conta 2738 – Benefícios de reforma a liquidar		865.021,00
Conta 644 – Benefícios de reforma e prémios para pensões		
Custos dos serviços correntes	27.603,00	
Custo dos juros	215.432,00	
Retorno líquido dos activos do fundo	-192.970,00	
Ganhos actuariais	-21.640,00	28.425,00

32. GARANTIAS PRESTADAS

Entidade	2009	2008
Companhia de Seguro de Créditos	104.478,24	104.478,24
Millennium BCP	763.855,61	518.291,61
Caixa Geral de Depósitos		30.231,23
Banco Espírito Santo	100.858,42	100.858,42
Banco BPI	93.467,16	93.467,16
	1.062.659,43	847.326,66

34. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS PROVISÕES

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
29. Provisões para riscos e encargos				
293. Processos judiciais em curso	2.159.232,03		42.424,48	2.116.807,55
294. Acidentes de trab. e doenças profissionais	553.360,81		1.714,12	551.646,69
298. Outros riscos e encargos	1.525.430,97	402.427,54		1.927.858,51
	4.238.023,81	402.427,54	44.138,60	4.596.312,75

A Empresa tem pendentes, contra si, dois processos judiciais cujos valores são materialmente relevantes, mas não provisionados:

- Processo judicial em que é autor o Município do Porto, proposto também contra o Estado Português, no qual é reivindicado parte do património imobiliário da empresa.
- Processo Judicial instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português, sendo contra-interessadas a STCP, SA e a CARRIS, no qual se pede a anulação da decisão do Conselho de Ministros n.º 52/2003, de 27 de Março de 2003, que atribuiu àqueles operadores, no ano de 2003, as Indemnizações Compensatórias.

Trata-se, nos dois casos, de processos cuja responsabilidade é do Estado Português, respectivamente na sua qualidade de accionista e de responsável pela compensação do serviço público.

35. REALIZAÇÃO DO CAPITAL

O capital social no valor de 79.649.000,00 euros encontra-se totalmente realizado.

36. NÚMERO DE ACÇÕES E VALOR NOMINAL

O capital social é representado por 15.929.800 acções em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada uma.

37. DETENTOR DO CAPITAL

O Estado Português é detentor de 100% do capital social da Empresa.

39. MOVIMENTO OCORRIDO NAS RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

	2009	2008
Saldo inicial	16.264.033,10	16.396.031,02
Utilização no exercício	124.732,69	131.997,92
Reavaliação no exercício		
Saldo final	16.139.300,41	16.264.033,10

40. VARIAÇÃO DAS CONTAS DO CAPITAL PRÓPRIO

Rubricas	Saldo inicial (a)	Débito	Crédito	Saldo final
Capital				
Capital social	79.649.000,00			79.649.000,00
Ajust. partes capital filiais e assoc.	26.464,11		69.647,76	96.111,87
Reservas de reavaliação (*)	16.264.033,10	124.732,69		16.139.300,41
Reservas				
Reservas legais	74.907,42			74.907,42
Outras reservas	306.776,43			306.776,43
Resultados transitados (**)	-304.639.257,99	38.878.875,25	124.732,69	-343.393.400,55
Resultados líquidos (**)	-38.878.875,25	19.500.107,18	38.878.875,25	-19.500.107,18

(a) Valores ajustados de acordo com nota 2.

(*) O movimento ocorrido nos resultados transitados e reservas de reavaliação deve-se à utilização da reserva de reavaliação, constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, no que respeita ao excedente realizado, em resultado do uso dos bens existentes. Este movimento tem em conta o estabelecido na Directriz Contabilística n.º 16.

(**) O saldo inicial foi ajustado em 6.433.791,28 euros, na rubrica Resultados transitados, e em 10.689.861,31 euros, na rubrica Resultados líquidos, decorrente da aplicação do justo valor dos contratos de swap's de taxa de juro. Este lançamento foi efectuado nas contas de 2009, no valor global de 17.123.652,29 euros.

41. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2009	2008
Existências iniciais	1.016.195,45	1.175.773,64
Compras	1.349.181,21	1.490.934,55
Regularização de existências	2.184,96	11.498,25
Existências finais	-792.458,22	-1.016.195,45
Custo no exercício	1.575.103,40	1.662.010,99

42. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Movimentos	Produtos e trabalhos em curso	
	2009	2008
Existências finais	1.706,69	5.288,93
Existências iniciais	5.288,93	1.445,07
Aumento / redução no exercício	-3.582,24	3.843,86

43. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Órgãos Sociais	2009	2008
Conselho de Administração (*)	441.367,76	428.330,09
Conselho Fiscal /Fiscal Único (**)	93.533,03	10.765,00
Mesa da Assembleia-Geral	1.416,68	2.721,46
	536.317,47	441.816,55

(*) Eleição de novo Conselho de Administração em 6 de Abril de 2009, para o triénio de 2009/2012, com substituição de um membro do Conselho de Administração. Aplicação de remunerações a partir de 6-04-2009, de acordo com a Acta n.º 1 da Comissão de Fixação de Remunerações de 29-06-2009.

(**) A partir de Abril de 2008, por alteração dos estatutos da empresa, deixou de existir um fiscal único passando a existir um Conselho Fiscal, com três elementos e um ROC.

Os valores de 2009 incluem as remunerações do Conselho Fiscal referentes ao exercício de 2008, atendendo à deliberação da Acta n.º 1 da Comissão de Fixação de Remunerações de 29-06-2009.

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e perdas	2009	2008 (a)
681. Juros suportados (*)	8.298.297,46	14.177.584,46
682. Perdas em empresas do grupo e associadas	7.408,58	95.000,00
685. Diferenças de câmbio desfavoráveis	2,14	0
688. Outros custos perdas financeiras (**)	2.132.134,40	11.421.272,35
Resultados financeiros	-7.670.145,03	-24.068.168,81
	2.767.697,55	1.625.688,00

(a) Valores ajustados de acordo com nota 2.

(*) Em 2009, inclui 285.884,05 euros relativos a juros de contratos de swap's de taxa de juro. Em 2008, os valores foram ajustados em mais 1.216.855,58 euros.

(**) Em 2009, inclui 1.221.444,07 relativos a perdas com a variação no justo valor de contratos de swap's de taxa de juro, comparativamente com 10.689.861,31 euros em 2008 (valores ajustados, dado que em 2008 os swap's de taxa de juro não eram valorizados ao justo valor).

Proveitos e ganhos	2009	2008 (a)
781. Juros obtidos (*)	527.846,95	1.222.959,51
782. Ganhos em empresas do grupo e associadas	25.984,95	372.411,12
786. Descontos de pronto pagamento obtidos	19.750,47	30.021,14
788. Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros (**)	2.194.115,18	296,23
	2.767.697,55	1.625.688,00

(a) Valores ajustados de acordo com nota 2.

(*) Em 2009, inclui 303.225,00 euros relativos a juros credores de contratos de swap's de taxa de juro, comparativamente com 1.216.855,58 euros em 2008 (valor ajustado).

(**) Em 2009, inclui 2.194.109,67 relativos a ganhos com a variação no justo valor de contratos de swap's de taxa de juro. Em 2008, não se registaram ganhos nos contratos de swap de taxa de juro.

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e perdas	2009	2008
691. Donativos	99.983,98	97.103,75
693. Perdas em existências	140.492,87	114.929,40
694. Perdas em imobilizações	21.622,47	33.585,35
695. Multas e penalidades	360,00	604,03
697. Correções relativas a exercícios anteriores	278.919,54	99.165,55
698. Outros custos e perdas extraordinários (*)	2.233.672,66	2.005.398,89
Resultados extraordinários	-1.361.527,27	-645.471,21
	1.413.524,25	1.705.315,76

(*) Em 2009, inclui 2.193.075,36 euros relativos a indemnizações por rescisão de contrato de trabalho por mútuo acordo e compensação pela passagem à situação de reforma, comparativamente com 1.764.867,21 euros em 2008.

Proveitos e ganhos	2009	2008
794. Ganhos em imobilizações	54.585,28	150.510,55
795. Benefícios e penalidades contratuais	42.870,53	143.981,68
796. Reduções de amortizações e provisões	44.138,60	0
797. Correções relativas a exercícios anteriores	109.676,47	312.410,06
798. Outros proveitos e ganhos extraordinários (*)	1.162.253,37	1.098.413,47
	1.413.524,25	1.705.315,76

(*) Em 2009, inclui 1.032.704,47 euros relativos a subsídios para investimento comparativamente com 1.083.354,31 euros em 2008.

48. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

48.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Activo	2009	2008
I.R.C – Pagamento Especial por Conta	401.000,00	331.000,00
I.R.C – Estimado	105.612,31	133.852,89
I.V.A.- A Recuperar/Reembolsos pedidos	385.993,67	2.230.873,75
	892.605,98	2.695.726,64
Passivo	2009	2008
Contribuições para a Segurança Social	723.695,05	724.330,53
I.R.S/I.R.C. Retenção na Fonte Efectuado a Terceiros	233.776,75	231.854,42
I.V.A.- A pagar	420.900,74	
Outros	15.837,06	34.557,75
	1.394.209,60	990.742,70

48.2 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Activo	2009	2008
Acréscimo de proveitos	1.075.140,97	2.173.791,62
Juros a receber		780,00
Outros acréscimos de proveitos (*)	1.075.140,97	2.173.011,62
Custos diferidos	488.480,36	258.717,09
Desconto de títulos	16.369,20	34.166,57
Despesas com emissão de obrigações	72.037,59	63.681,62
Seguros	182.860,73	14.194,23
Rendas e alugueres	1.418,34	2.746,40
Conservação e reparação	52.013,98	43.700,61
Outros	163.780,52	100.227,66

(*) Em 2009, inclui 880.066,12 euros relativo à comparticipação do Estado para o tarifário andante 4_18, comparativamente com 1.972.247,81 euros em 2008 relativo ao subsídio de apoio ao idoso e comparticipação do Estado para o tarifário andante social e 4_18

Passivo	2009	2008 (a)
Acréscimo de custos	24.487.303,68	25.344.140,18
Férias e subsídio de férias	4.568.777,74	4.527.886,06
Juros a liquidar (*)	1.184.692,66	1.115.442,37
Seguros a liquidar	51.630,53	61.728,13
Comissões	22.084,70	42.835,17
Contribuição autárquica/Imposto Municipal sobre Imóveis	116.492,47	140.425,42
Justo valor de instrumentos financeiros (**)	16.197.270,33	17.073.115,09
Benefícios de reforma a liquidar	865.021,00	836.596,00
Outros custos	1.481.334,25	1.546.111,94
Proveitos diferidos	2.793.823,51	3.886.164,65
Subsídios para investimento (***)	1.896.106,97	2.928.811,44
Prestações de serviços	839.477,80	926.682,56
Outros proveitos	58.238,74	30.670,65

(a) Valores ajustados de acordo com nota 2.

(*) Em 2008, o valor foi ajustado em mais 50.357,50 euros.

(**) Em 2009, inclui 16.197.270,33 euros relativo ao justo valor dos contratos de swap's de taxa de juros à data de 31 de Dezembro de 2009. Em 2008, os valores foram ajustados para incluírem o valor 17.073.115,09 euros relativos ao justo valor dos contratos de swap's de taxa de juro à data de 31 de Dezembro de 2008.

(***) Em 2009, inclui 1.768.594,72 euros relativos a subsídios recebidos através do Instituto de Estradas de Portugal, no âmbito do Programa Operacional Norte, e da DGTT para o projecto SAE/SAEI. Em 2008 este valor era de 2.787.663,78 euros.

48.3 DÍVIDAS DE TERCEIROS

Na rubrica de outros devedores a curto prazo são de referir os seguintes valores:

- 813 Milhares de euros relativos a despesas suportadas por conta da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto e que deverão ser reembolsadas pelo Estado;
- 910 Milhares de euros relativos a indemnização, debitada ao Município do Porto, pelos custos directos sofridos pela STCP, SA com a remoção da via férrea de tracção eléctrica nos troços compreendidos entre a Praça Cidade do Salvador e a Praça Gonçalves Zarco.

48.4 CAPITAL PRÓPRIO NEGATIVO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 a Sociedade incorreu num prejuízo de 19.500.107,18 euros verificando-se que, nessa data, o seu passivo total excede o seu activo total em 266.627.411,60 euros.

O Técnico Oficial de Contas nº 6622

O Conselho de Administração
Presidente
Vogais

10 OUTRA INFORMAÇÃO

10.1 PAINEL DE INDICADORES DE ACTIVIDADE

REDE

	2006	2007	2008	2009
Linhas em Exploração	94	83	83	83
Rodoviárias	91	80	80	80
Tracção Eléctrica	3	3	3	3
Concelhos	6	6	6	6
Freguesias	52	52	52	52
Paragens	2.600	2.712	2.724	2.707
Extensão (km)	496,2	533,0	537,1	541,8
Rodoviária	489,7	531,5	534,8	539,4
Tracção Eléctrica	6,5	8,7	8,7	8,9
Corredores BUS	21,3	23,4	24,5	24,6

PROCURA

(valores em milhares)

Passageiros	2006	2007	2008	2009	09/08
Autocarros	117.621	108.834	110.993	107.945	-3%
Produção Própria	105.484	96.045	98.355	94.720	-4%
Operadores Privados	12.137	12.789	12.637	13.225	5%
Tracção Eléctrica	80	268	261	298	14%
Passageiros	117.701	109.102	111.254	108.243	-3%
Passageiros km	467.194	432.875	441.425	410.404	-7%

(valores em milhares de euros)

Receita	2006	2007	2008	2009	09/08
Autocarros	50.851	46.587	49.206	47.415	-4%
Tracção Eléctrica	36	129	184	126	-31%
Receita Líquida	50.887	46.716	49.390	47.542	09/08

(valores em milhares de euros)

Receita líquida por tipo de tarifário	2006	2007	2008	2009	09/08
Receita Monomodal	48.610	39.902	37.424	32.812	-12%
Receita Andante	2.277	6.814	11.966	14.730	23%
Total	50.887	46.716	49.390	47.542	-3,7%

Estrutura de títulos utilizados	2006	2007	2008	2009	09/08 PP
passageiros monomodais	95,2%	83,6%	74,9%	68,0%	-6,9
- assinaturas	70,2%	65,0%	58,9%	54,5%	-4,4
- títulos ocasionais	20,7%	13,7%	11,2%	9,2%	-2,0
- bilhetes avulso + diários	4,3%	4,9%	4,8%	4,3%	-0,6
passageiros intermodais	4,8%	16,4%	25,1%	32,0%	6,9
- assinaturas	4,0%	13,5%	20,2%	26,1%	5,9
- títulos ocasionais	0,8%	3,0%	4,7%	5,5%	0,8
- andante tour	0,0%	0,0%	0,2%	0,4%	0,2

Canais de venda	2006
Postos de venda STCP	5
Revendedores de Passes	81
CTT	62
Concessionários	14
Máquinas de venda automática	5
Revendedores de Pré-comprados	343

Canais de venda (após 1 de Novembro 2006)	2006	2007	2008	2009	09/08
Agentes Payshop	341	452	493	487	-1%
Estações CTT	85	86	86	85	-1%
Postos STCP	5	4	4	4	0%
Lojas Andante	13	13	11	12	9%
Bilheteiras da CP	2	2	5	5	0%
MVA's MP	173	173	177	179	1%

Tratamento Clientes	2006	2007	2008	2009	09/08
Provedoria	1.451	2.042	998	615	-38%
Linha Azul	1.590	1.821	1.607	1.139	-29%
Livro de Reclamações		470	241	199	-17%
Outros Canais	562	483	450	632	40%
Total Reclamações	3.603	4.816	3.296	2.585	-22%

Tipo Reclamações	2006	%	2007	%
Alteração da Oferta	793	22.	1.350	28%
Informação ao Público	288	8.	402	8%
Disfunção Operacional	865	24.	1042	22%
Pessoal e Segurança	721	20.	690	14%
Paragens e Abrigos	252	7.	205	4%
Títulos Transportes	504	14.	942	20%
Outros	180	5.	184	4%
Total	3.603	100.	4.816	100%

Tipo Reclamações	2008	%	2009	%	09/08
Rede e Percursos	185	6.	81	3.	-56%
Horários	1.358	41.	1.228	48.	-10%
Sistema Bilhética	411	12.	257	10.	-37%
Comportamento Pessoal	447	14.	349	14.	-22%
Informação	307	9.	201	8.	-35%
Paragens e Abrigos	136	4.	90	3.	-34%
Outros	374	11.	160	6.	-57%
Comportamento com Cobertura Legal	62	2.	178	7.	187%
Viaturas	16	0.	41	2.	156%
Total	3.296	100.	2.585	100.	-22%

OFERTA

(valores em milhares de kms)

Produção Global	2006	2007	2008	2009	09/08
Autocarros	31.931	29.628	29.452	28.786	-2%
Tracção Eléctrica	109	87	83	91	9%
Veículos km	32.040	29.715	29.535	28.877	-2%
Autocarros	2.947.373	2.597.221	2.566.339	2.513.430	-2%
Tracção Eléctrica	7.520	3.890	3.500	3.813	9%
Lugares km	2.954.893	2.601.111	2.569.839	2.517.243	-2%

Taxa de Ocupação Global	2006	2007	2008	2009	09/08
Autocarros	15,8%	16,6%	17,2%	16,3%	-0,9
Tracção Eléctrica	3,2%	20,7%	22,4%	16,8%	-5,6

Velocidade Comercial Global	2006	2007	2008	2009	09/08
Autocarros	15,5	16,0	16,2	16,2	0%
Tracção Eléctrica	10,1	7,9	7,4	7,5	1%

(valores em milhares)

Produção da Frota Própria AC's	2006	2007	2008	2009	09/08
N.º Médio Veículos (un.)	450	422	407	390	-4%
Veículos km	27.802	25.386	25.387	24.770	-2%
Lugares km	2.606.581	2.272.414	2.254.910	2.206.567	-2%
Veículos hora	1.820	1.606	1.581	1.542	-2%

Indicadores da Oferta Frota Própria AC's	2006	2007	2008	2009	09/08
Taxa de Ocupação (%)	16,1%	17,	17,	16,	-1,4
Velocidade Comercial (km/h)	15,3	15,8	16,1	16,1	0%
Taxa de Acidentes p/embate (por milhão km)	39	40	37	43	15%

(valores em milhares)

Produção da Frota Operadores Privados	2006	2007	2008	2009	09/08
Veículos km	4.129	4.242	4.066	4.015	-1%
Lugares km	340.792	324.806	311.429	306.863	-1%
Veículos hora	244	251	241	238	-1%

Indicadores da Oferta Frota Operadores Privados	2006	2007	2008	2009	09/08
Taxa de Ocupação (%)	14,1%	15,6%	16,1%	19,4%	3,3
Velocidade Comercial (km/h)	16,9	16,9	16,9	16,9	0%

(valores em milhares)

Produção da Frota Carros Eléctricos	2006	2007	2008	2009	09/08
N.º Médio Veículos (un.)	3	3	4	4	0%
Veículos km	109	87	83	91	9%
Lugares km	7.520	3.890	3.500	3.813	9%
Veículos hora	11	11	11	12	8%

Indicadores da Oferta Carros Eléctricos	2006	2007	2008	2009	09/08
Taxa de Ocupação (%)	3,2%	20,7%	22,4%	16,8%	-5,6
Velocidade Comercial (km/h)	10,1	7,9	7,4	7,5	1%

Indicadores de Desvios	2008	2009
Concluídos por Obras	132	185
Concluídos por Festas	90	100
Duração Média dos Desvios (dias)	17	19

RECURSOS HUMANOS

	2006	2007	2008	2009	09/08
Efectivo Total em 31/12	1.673	1.623	1.521	1.490	-2%
Motoristas SP em 31/12	1.111	1.051	998	975	-2%
Pessoal tripulante (% total)	67,1%	65,4%	66,3%	66,0%	-0,2 pp
Efectivo Total Médio	1.705	1.645	1.591	1.502	-6%

Distribuição Efectivo	2006	2007	2008	2009	09/08
Efectivo Homem	1.583	1.533	1.434	1.415	-1,3%
Efectivo Mulher	90	90	87	87	0,0%

Absentismo	2006	2007	2008	2009	09/08
Taxa Global em 31/12 (%)	6,5%	7,1%	7,8%	8,3%	0,5 pp
Pessoal Tripulante (%)	7,2%	8,3%	9,0%	9,1%	0,1 pp
Outros (%)	5,0%	4,7%	5,4%	6,6%	1,2 pp

Trabalho Suplementar	2006	2007	2008	2009	09/08
Horas	174.187	103.124	116.874	132.041	13%
Pessoal Tripulante	154.515	84.557	98.857	120.225	22%
Valor (milhares de euros)	1.379	890	1.028	1.160	13%
Pessoal Tripulante	1.185	704	840	1.023	22%

Estrutura Etária	2006	2007	2008	2009	09/08
18-29	60	34	19	21	11%
30-49	779	737	708	700	-1%
> 49	834	852	794	769	-3%
Total	1.673	1.623	1.521	1.490	-2%

Formação	2006	2007	2008	2009	09/08
Horas	4.494	5.001	11.373	15.642	38%
Pessoal Tripulante	2.474	3.640	5.859	11.169	91%
Formação Contínua	2.474	3.640	5.859	6.099	4%
Trabalhadores	1.644	563	894	773	-14%
Pessoal Tripulante	1.100	508	679	643	-5%
Formação Contínua	1.100	508	679	598	-12%

FROTA

Composição de Frota	2006	2007	2008	2009	09/08
Autocarros	508	493	473	472	-0,2%
Carros Eléctricos	8	8	8	8	0,0%
Total	516	501	481	480	-0,2%

Composição da frota de autocarros	2006	2007	2008	2009	09/08
Viaturas a gásóleo	333	238	218	217	-0,5%
Standard	276	233	213	212	-0,5%
Articulados	52	0	0	0	--
Minis	5	5	5	5	0,0%
Viaturas a gás natural	175	255	255	255	0,0%
Standard	175	225	225	225	0,0%
Articulados		30	30	30	0,0%
Frota autocarros	508	493	473	472	-0,2%

Características da Frota	2006	2007	2008	2009
Gás natural	34,5%	51,7%	53,9%	54,0%
Ar condicionado	51,8%	69,6%	72,5%	72,7%
Piso rebaixado	69,5%	87,8%	91,5%	91,7%
Rampa rebatível	37,0%	54,4%	56,7%	56,8%

Idade Média	2006	2007	2008	2009
Carros Eléctricos	68,75	69,75	70,55	71,55
Autocarros	8,78	6,68	7,46	8,45
Diesel	10,66	9,06	9,75	10,74
Gás natural	5,21	4,46	5,51	6,51

Consumo viaturas por tipo combustível utilizado	2006	2007	2008	2009	09/08
Gasóleo (l/100 km)	53,74	52,68	52,04	52,27	0%
Custos Total (m €)	7.427	5.637	5.242	4.232	-19%
Custo por 100 km	42,37	42,76	48,31	38,18	-21%
Custo Médio (€/por litro)	0,79	0,81	0,93	0,73	-21%
Gás Natural (m3/100 km)	69,01	68,47	68,35	68,35	0%
Custos Total (m €)	3.252	3.903	5.399	4.610	-15%
Custo por 100 km	28,84	29,25	35,27	31,90	-10%
Custo Médio (€/m3)	0,42	0,43	0,52	0,54	4%
Energia Tracção (Kwh/100 km)	198,10	246,07	266,13	297,10	12%
Custo Total (m €)	22	24	28	37	30%
Custo por 100 Km	19,48	27,18	32,78	37,89	16%
Custo Médio (€/kw)	0,10	0,11	0,12	0,13	4%

Operacionalidade da Frota	2006	2007	2008	2009	09/08
Taxa de Imobilização	2,7%	6,6%	5,8%	6,7%	0,2 pp
Taxa de Avarias (por mil km)	1,12	1,22	1,19	1,17	-2%

ECONÓMICA E FINANCEIRA

(milhares de euros)

Custos	2006	2007	2008	2009	09/08
FSE+CMVMC	36.655	36.137	37.371	33.385	-11%
Custos com Pessoal	39.663	38.440	38.777	38.266	-1%
Amortizações e Provisões	7.991	8.287	8.917	8.509	-5%
Operacionais	84.550	83.523	85.788	81.039	-6%
Financeiros	7.811	11.297	25.694	10.438	-59%
Correntes	92.361	94.820	111.482	91.477	-18%
Extraordinários	6.282	2.194	2.351	2.775	18%
Custos Totais	98.668	97.032	113.866	94.283	-17%

% Custos com Pessoal	2006	2007	2008	2009	09/08
Custos c/ Pessoal/ Custos Operacionais	46,9%	46,02.	45,20.	47,22.	2,0 pp
Custos c/ Pessoal/ Custos Totais	40,2%	39,6%	34,1%	40,6%	6,5 pp
Receita títulos de transporte/Custos c/ Pessoal	1,3	1,2	1,3	1,2	-2%

(milhares de euros)

Proveitos	2006	2007	2008	2009	09/08
Proveitos Totais	73.068	70.352	74.987	74.783	-0,3%
Títulos de transporte	50.887	46.716	49.390	47.542	-3,7%
Indemnizações Compensatórias	15.562	16.897	17.812	19.156	7,5%

(milhares de euros)

Esforço Financeiro do Estado	2006	2007	2008	2009	09/08
Dotações de Capital	0	0	0	0	
Indem. Compensatórias - Sistema Monomodal	15.541	16.623	17.812	19.156	7,55%
Compensação Tarifária - Sistema Intermodal Andante	20	274	743	981	32,13%
PAII	870	870	947	982	4%
Total	16.432	17.767	19.501	21.119	8%

(milhares de euros)

Resultados	2006	2007	2008	2009	09/08
Resultados Operacionais	-14.235	-15.077	-14.132	-10.437	26%
Antes de IC's	-29.796	-31.974	-31.945	-29.593	7%
Resultados Financeiros	-6.542	-11.243	-24.068	-7.670	68%
Resultados Correntes	-20.777	-26.320	-38.201	-18.107	53%
Resultados Extraordinários	-4.799	-342	-645	-1.362	-111%
Resultado Líquido Exercício	-25.601	-26.680	-38.879	-19.500	50%
Antes de IC's	-41.162	-43.578	-56.691	-38.656	32%

(valores em euros por milhar de km)

	2006	2007	2008	2009	09/08
Proveitos Operacionais / Passageiro km	150,51	158,12	162,33	172,03	6%
Antes de IC's	117,20	119,08	121,98	125,35	3%
Custos Operacionais / Passageiro km	180,97	192,95	194,34	197,46	2%
Antes de Amortizações	166,24	175,88	175,55	177,71	1%
Proveitos Operacionais / Lugar km	23,80	26,31	27,88	28,05	1%
Antes de IC's	18,53	19,82	20,95	20,44	-2%
Custos Operacionais / Lugar km	28,61	32,11	33,38	32,19	-4%
Antes de Amortizações	26,28	29,27	30,15	28,97	-4%

% custos operacionais	2006	2007	2008	2009	09/08
Prestação de Serviços	60,3%	56,7%	57,8%	58,9%	1,1 pp
Subsídios à Exploração	19,4%	21,3%	21,9%	24,8%	3,0 pp
Proveitos e Ganhos	86,4%	84,2%	83,5%	87,1%	3,6 pp

(milhares de euros)

Indicadores de Actividade	2006	2007	2008	2009	09/08
Produção	68.041	65.971	68.921	68.412	-1%
Por efectivo médio	39,9	40,1	43,3	45,5	5%
Antes de IC's	52.479	49.073	51.109	49.256	-4%
Valor Acrescentado Bruto	33.417	31.650	33.321	36.190	9%
Por efectivo médio	19,6	19,2	20,9	24,1	15%
Antes de IC's	17.856	14.753	15.509	17.034	10%

(valores em dias)

	2006	2007	2008	2009	09/08
Prazo Médio Pagamento	96,7	84,2	92,3	77,3	-16%
Prazo Médio Recebimento	19,2	22,6	43,6	58,8	35%
Prazo Médio Existências	104,9	86,0	81,2	76,6	-6%
Rotação Activo Imobilizado	34,1%	34,1%	34,1%	30,6%	-10%

O cálculo de PMP para o ano 2009 foi efectuado de acordo RCM 34/2008 e despacho 9870/2009

	2006	2007	2008	2009	
Rácio de Liquidez Geral	8,7%	23,2%	10,4%	27,8%	
Rácio de Liquidez Reduzida	8,2%	21,6%	9,9%	26,4%	
Rácio de Liquidez Imediata	0,2%	0,4%	0,2%	0,4%	

(milhares de euros)

Estrutura do Balanço	2006	2007	2008	2009	09/08
Activo	71.392	90.138	92.151	83.627	-9%
Imobilizado	60.070	77.895	75.768	69.551	-8%
Circulante	9.983	9.563	13.951	12.513	-10%
Acréscimos e Diferimentos	1.339	2.680	2.433	1.564	-36%
Capital Próprio e Passivo	71.392	90.138	92.151	83.627	-9%
Capital Próprio	-175.498	-201.889	-247.197	-266.627	8%
Passivo	246.890	292.027	339.348	350.255	3%

(milhares de euros)

Passivo Financeiro	2006	2007	2008	2009	09/08
Médio e Longo Prazo	109.007	229.834	155.000	275.000	77%
Empréstimo Obrigacionista	29.000	129.000	100.000	220.000	120%
Empréstimos Bancários	80.000	80.000	55.000	55.000	0%
Outros Empréstimos	7	20834	0	0	0%
Curto Prazo	104.622	31.027	115.661	12.659	-89%
Empréstimo Obrigacionista	27.375	0	29.000	0	-100%
Empréstimos Bancários	27.236	29.811	86.659	12.659	-85%
Outros Empréstimos	50.010	1.216	2	0	-100%
TOTAL	213.628	260.861	270.661	287.659	6%

(milhares de euros)

Investimentos	2006	2007	2008	2009	09/08
Material Circulante	368	23.162	4.874	163	-97%
Infra estruturas	236	836	29	381	1199%
Outros	543	689	696	962	38%
Total	1.147	24.688	5.600	1.506	-73%

OUTROS INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2006	2007	2008	2009
Varição Ponderada do Tarifário (Monomodal)	3,6%	2,0%	4,5%	0,0%
Taxa Inflação Anual	3,1%	2,4%	2,6%	-1,0%
Varição Custo Médio Unitário do Gasóleo	10,7%	3,0%	14,4%	-21,3%
Varição Custo Médio Unitário do Gás Natural	24,1%	2,2%	20,8%	4,3%

Produtividade	2006	2007	2008	2009	09/08
Veículo km (10 ^{^3}) / Efectivo Médio	18,8	18,1	18,6	19,2	4%
Lugar km (10 ^{^3}) / Efectivo Médio	1.733,1	1.581,2	1.615,2	1.675,9	4%
Passageiro (10 ^{^3}) / Efectivo Médio	69,0	66,3	69,9	72,1	3%
Passageiro km (10 ^{^3}) / Efectivo Médio	274,0	263,1	277,5	273,2	-2%
Extensão Rede (Km) / Efectivo Médio	0,29	0,32	0,33	0,36	8%

(milhares de euros)

Evolução do Complemento de Pensões	2006	2007	2008	2009	09/08
Compl. Pensões pago no ano	644	608	634	612	-3%
Nº médio de pensionistas	378	346	321	315	-2%

Consumo de combustível	2006	2007	2008	2009	09/08
Electricidade CE					
(kwh)	219.225	220.478	253.089	286.732	13%
Kwh/100km	198	246	295	297	1%
Tep	47	47	54	62	14%
Electricidade Inst. Fixas					
(kwh)	4.687.563	4.839.465	5.020.939	4.800.421	-4%
Tep	1.008	1.040	1.080	1.032	-4%
Gasóleo					
Litros	9.420.372	6.944.829	5.647.060	5.793.505	3%
litros/100km	53,74	52,68	52,04	52,27	0%
Tep	8.058	5.941	4.831	4.953	3%
Gás Natural					
Metros cúbicos	7.781.004	9.138.591	10.461.226	9.875.031	-6%
m3/100km	69,01	68,47	68,35	68,35	0%
Tep	7.042	8.270	9.467	8.937	-6%
Total Tep	16.155	15.299	15.432	14.984	-3%

Tep - toneladas equivalentes de petróleo

10.2 ÍNDICE GRI

		PÁGINAS
1.	Estratégia e Análise	
1.1	Declaração da Presidente do Conselho de Administração	7-9
1.1	Impactos sobre a sustentabilidade, riscos e oportunidades resultantes da tendência de sustentabilidade	15-60
2.	Perfil Organizacional	
2.1	Nome da organização	11
2.2	Principais produtos e/ou serviços	11
2.3	Estrutura operacional da organização	65
2.4	Localização da sede social da organização	143
2.5	Países em que opera	13
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	11
2.7	Mercados abrangidos	13
2.8	Dimensão da organização	13
2.9	Principais alterações ocorridas durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, estrutura organizacional ou estrutura accionista	NR
2.10	Prémios recebidos durante período abrangido pelo relatório	NR
3.	Parâmetros para o Relatório	
3.1	Período abrangido pelo relatório	capa
3.2	Data do último relatório publicado	ND
3.3	Ciclo de publicação de relatórios	ND
3.4	Contactos para perguntas referentes ao relatório ou seu conteúdo	143
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	NR
3.6	Limite do relatório	11, 24, 71
3.7	Limitações específicas quanto ao âmbito ou ao limite do relatório	11, 24, 71
3.8	Base de elaboração do relatório, no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afectar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações	NR
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes, estimativas aplicadas e à compilação dos indicadores e outras informações contidas no relatório	ND
3.10	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	113-114
3.11	Alterações significativas em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados	NR
3.12	Sumário do conteúdo do GRI	141-143
3.13	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente da garantia de fiabilidade para o relatório	ND
4.	Governança, Compromissos e Envolvimento	
	Governança	
4.1	Estrutura de governação da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como, a definição da estratégia ou a supervisão da organização	64-65, 72-73, 144-147
4.2	Indicação se Presidente do Conselho de Administração é membro executivo	65, 145
4.3	Número de membros do Conselho de Administração independentes e/ou não executivos	64-65, 145-147
4.4	Mecanismos que permitem a accionistas e funcionários transmitir recomendações/orientações ao Conselho de Administração	64, 144-145
4.5	Relação entre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, directores de topo e executivos e o desempenho da organização	164-166
4.6	Processos ao dispor ao Conselho de Administração para evitar conflitos de interesse	64-65, 74
4.7	Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do Conselho de Administração para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social	144, 148-163
4.8	Missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	68-78, 172
4.9	Processos do Conselho de Administração para supervisionar a forma como a organização efectua a identificação e gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos relevantes e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	72-73
4.10	Processos para avaliação do desempenho do Conselho de Administração, especialmente no que diz respeito ao desempenho económico, ambiental e social	68-78, 133-140
	Compromissos com iniciativas externas	
4.11	Explicação sobre se o princípio de precaução é abordado pela organização e de que forma	69-70, 72-74, 172-173
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a empresa subscreve ou defende	24, 26-31, 41-43, 49-50, 55-56
4.13	Principais adesões a associações e/ou organizações nacionais ou internacionais	174-175
	Envolvimento das Partes Interessadas	
4.14	Relação dos grupos que constituem as Partes Interessadas envolvidas pela organização	26-78, 93, 144-145
4.15	Base para identificação e selecção Partes Interessadas a serem envolvidas	68-69
4.16	Abordagem utilizadas para envolver as Partes Interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos das partes interessadas	26, 36-37, 48-50, 64, 72-74
4.17	Principais questões e preocupações identificadas através das Partes Interessadas e as medidas adoptadas pela organização no tratamento das mesmas	71-78
5.	Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho	
	Indicadores de Desempenho Económico	
	Aspecto: Desempenho Económico	
EC1	E Valor económico directo gerado e distribuído	92, 108
EC2	E Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devido às alterações climáticas	56-59, 61
EC3	E Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização	125-126
EC4	E Apoio financeiro significativo recebidos pelo governo	138

		Aspecto: Presença no Mercado	
EC5	C	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local	ND
EC6	E	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais	ND
EC7	E	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes na comunidade local	ND
		Aspecto: Impactes Económicos Indirectos	
EC8	E	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público, através de envolvimento comercial em géneros ou pro bono	48-56
EC9	C	Descrição e análise dos impactos económicos indirectos mais significativos, incluindo a sua extensão	7-9, 14, 19, 20-21, 45, 138
		Indicadores de Desempenho Ambiental	
		Aspecto: Materiais	
EN1	E	Consumo total de materiais por peso ou volume	NR
EN2	E	Percentagem de materiais utilizados provenientes de reciclagem	NR
		Aspecto: Energia	
EN3	E	Consumo directo de energia, discriminado por fonte primária	58-59
EN4	E	Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária	ND
EN5	C	Total de poupança de energia devido a melhorias em conservação e na eficiência	ND
EN6	C	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética e energias renováveis e reduções de consumo de energia em resultado dessas iniciativas	ND
EN7	C	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e a reduções alcançadas	ND
		Aspecto: Água	
EN8	E	Consumo total de água por fonte	60
EN9	C	Recursos hídricos significativamente afectadas pelo consumo de água	60
EN10	C	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada	NR
		Aspecto: Biodiversidade	
EN11	E	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	NR
EN12	E	Descrição dos impactes significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	NR
EN13	C	Habitats protegidos ou recuperados	NR
EN14	C	Estratégias e programas actuais e futuros para a gestão dos impactes na biodiversidade	NR
EN15	C	Número de espécies da Lista Vermelha da IUCN e da lista nacional de conservação das espécies com habitats em áreas afectadas pelas operações, pelo nível de risco de extinção	NR
		Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos	
EN16	E	Total de emissões directas e indirectas de gases com efeitos de estufa, por peso	61, 85
EN17	E	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso	ND
EN18	C	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e a reduções alcançadas	ND
EN19	E	Emissão de substâncias destruidoras camada de ozono, por peso	85
EN20	E	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	ND
EN21	E	Descarga total de água por qualidade e destino	60
EN22	E	Quantidade total de resíduos por tipo e método de eliminação	ND
EN23	E	Número e volume total de derrames significativos	NR
EN24	C	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados nos termos da Convenção de Basileia, e a percentagem de resíduos transportados internacionalmente	ND
EN25	C	Identidade, dimensão, estatuto de protecção e valor de biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats afectados de forma significativa pela descarga e escoamento superficial	NR
		Aspecto: Produtos e Serviços	
EN26	E	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte	58, 60
EN27	E	Percentagem recuperada de produtos vendidos respectivas embalagens, por categoria	NR
		Aspecto: Conformidade	
EN28	E	Montante envolvidos no pagamento de coimas significativas e número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	NR
		Aspecto: Transporte	
EN29	C	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizadas nas operações da organização, bem como no transporte de pessoal	ND
		Aspecto: Geral	
EN30	C	Total de custos e investimentos em protecção ambiental, por tipo	ND
		Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno	
		Aspecto: Emprego	
LA1	E	Total de mão-de-obra por tipo de emprego, por contrato de trabalho e região	36
LA2	E	Número total de trabalhadores e taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região	136
LA3	C	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial	NR
		Aspecto: Relações entre Funcionários e Administração	
LA4	E	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação colectiva	36
LA5	E	Prazo mínimo de aviso prévio em caso de alterações operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva	ND
		Aspecto: Segurança e Saúde no Trabalho	
LA6	C	Percentagem da totalidade de mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam na acompanhamento e aconselhamento sobre programas e saúde ocupacionais	ND
LA7	E	Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por região	ND
LA8	E	Programas de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco em curso para garantir assistência aos trabalhadores, as suas famílias ou membros da comunidade, afectados por doenças graves	NR
LA9	C	Tópicos relativos a saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos	ND

		Aspecto: Formação e Educação	
LA10	E	Média de horas de formação por ano, por trabalhador e discriminadas por categoria de funções	136
LA11	C	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiem a continuidade de empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira	37-39, 136
LA12	C	Percentagem de funcionários que recebam regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	39-41
		Aspecto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades	
LA13	E	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	36-37, 136
LA14	E	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções	NR
		Indicadores de Desempenho Social	
		Direitos Humanos	
		Aspecto: Práticas de Investimento e de Aquisições	
HR1	E	Percentagem e número total de contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre os direitos humanos ou que foram submetidos a análise sobre direitos humanos	NR
HR2	E	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativamente ao seu desempenho em direitos humanos e as medidas tomadas	ND
HR3	C	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação	NR
		Aspecto: Não-Discriminação	
HR4	E	Número total de casos de discriminação e acções tomadas	NR
		Aspecto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva	
HR5	E	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
		Aspecto: Trabalho Infantil	
HR6	E	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
		Aspecto: Trabalho Forçado e Escravo	
HR7	E	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
		Aspecto: Práticas de Segurança	
HR8	C	Percentagem de pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que não são relevantes para as operações	NR
		Aspecto: Direitos dos Povos Indígenas	
HR9	C	Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e acções tomadas	NR
		Sociedade	
		Aspecto: Comunidade	
SO1	E	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades incluindo no momento da sua instalação, durante a operação e no momento da retirada	ND
		Aspecto: Corrupção	
SO2	E	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	172, 173
SO3	E	Percentagem de trabalhadores que tenham afectado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização	NR
SO4	E	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	78
		Aspecto: Políticas Públicas	
SO5	E	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupo de pressão	21
SO6	C	Valor total de contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos e instituições relacionadas, por país	NR
		Aspecto: Concorrência Desleal	
SO7	C	Número total de acções judiciais por concorrência desleal, anti-trust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados	128
		Aspecto: Conformidade	
SO8	E	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento de leis e regulamentos ambientais	NR
		Responsabilidade pelo Produto	
		Aspecto: Saúde e Segurança do Cliente	
PR1	E	Ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitos a tais procedimentos	ND
PR2	C	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	ND
		Aspecto: Rotulagem de Produtos e Serviços	
PR3	E	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	NR
PR4	C	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem dos produtos e serviços, por tipo de resultado	NR
PR5	C	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação	NR
		Aspecto: Comunicações de Marketing	
PR6	E	Programas observância das leis, normas e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	NR
PR7	C	Número total de incidentes resultantes de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado	NR
		Aspecto: Privacidade do Cliente	
PR8	C	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	NR
		Aspecto: Conformidade	
PR9	E	Montante de coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	NR

Fonte: GRI (2006) - "G3: Directrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade"

C - Indicador complementar

E - Indicador essencial

NR - Indicador "não relevante" ou "não aplicável"

ND - Indicador "não disponível" ou apenas "disponível parcialmente"

Para mais informações por favor contactar:
Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA
Av. Fernão de Magalhães, 1862-13º
4350-158 Porto
e-mail: geral@stcp.pt

10.3 INFORMAÇÃO RELATIVA AO GOVERNO DA SOCIEDADE

10.3.1 FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

As competências da Assembleia-Geral da sociedade encontram-se definidas no Artigo 8º dos Estatutos da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA:

1 -A Assembleia-Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei ou os presentes Estatutos lhe atribuem competência.

2 - Compete, em especial, à Assembleia-Geral:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.
- b) Eleger e exonerar os membros da mesa da Assembleia-Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- c) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital;
- d) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo para o efeito designar uma comissão de fixação de remunerações;
- e) Deliberar sobre os projectos de expansão das linhas exploradas pela empresa;
- f) Autorizar a aquisição e a alienação de bens imóveis, bem como a realização de Investimentos, quando, em cada caso, o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da Sociedade;
- g) Autorizar a aquisição e a alienação de participações sociais, neste último caso apenas quando o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da STCP, S.A.;
- h) Deliberar sobre a emissão de obrigações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ao Conselho de Administração cumpre a gestão da empresa nos termos definidos no Artigo 11º dos Estatutos da sociedade:

1 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
- b) Elaborar o relatório anual;
- c) Adquirir, alienar ou onerar direitos ou bens móveis e imóveis e participações sociais sem prejuízo do disposto nas alíneas f) e g) do número 2 do artigo 8º;
- d) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- e) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as normas do seu funcionamento interno;
- f) Constituir mandatários com os poderes considerados convenientes;
- g) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei ou pela Assembleia-Geral.

2 - O Conselho de Administração pode, dentro dos limites legais, delegar algumas das suas competências num ou mais dos seus membros. Quanto às atribuições específicas de cada membro:

Presidente – Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes

Exerce funções executivas, sendo responsável por dirigir a actividade do Conselho de Administração e pelo poder disciplinar.

É ainda responsável pela coordenação directa do Gabinete de Comunicação e Relações Institucionais e do Gabinete de Apoio Jurídico.

Exerce os seguintes cargos nas empresas participadas:

- TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE: Vogal do Conselho de Administração
- Metro do Porto, SA: Vogal não Executivo do Conselho de Administração
- AUTOLOC –Aluguer de Autocarros, ACE: Vogal do Conselho de Administração

Vogal – Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa

Exerce funções executivas, assegura a substituição da Presidente do Conselho de Administração e é responsável pela coordenação directa do Departamento de Operações e do Departamento de Recursos Humanos.

Exerce os seguintes cargos nas empresas participadas:

- STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda: Gerente

Vogal – Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação directa do Departamento Administrativo e Financeiro, do Gabinete de Projectos e Estratégia e da STCP Serviços.

Exerce os seguintes cargos nas empresas participadas:

- TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, SA: Vogal do Conselho de Administração
- AUTOLOC –Aluguer de Autocarros, ACE: Vogal do Conselho de Administração

Vogal - António Paulo da Costa Moreira de Sá

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação directa do Departamento de Marketing, do Departamento de Manutenção e do Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria.

Exerce os seguintes cargos nas empresas participadas:

- TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, SA:
Presidente da Mesa da Assembleia Geral
- AUTOLOC –Aluguer de Autocarros, ACE: Vogal do Conselho de Administração

Vogal – Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação directa do Gabinete de Ambiente, Segurança e Serviços Gerais, do Gabinete de Informática e Comunicações e da Unidade de Museu do Carro Eléctrico.

Exerce o seguinte cargo na empresa participada:

- OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, SA:
Vogal do Conselho de Administração

CONSELHO FISCAL

Nos termos do Artigo 14º dos Estatutos da Sociedade:

1 – A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por um presidente, dois vogais efectivos e um suplente, e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão.

2 – O Conselho Fiscal e o revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas têm os poderes e deveres atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais.

10.3.2 CURRICULA VITAE DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE

RUI DE CARVALHO ARAÚJO MOREIRA

Data de Nascimento: 8 de Agosto de 1956

Habilitações Académicas:

Frequentou a Deutsche Schule zu Porto, o Liceu D. Manuel II e o Liceu Garcia de Orta, onde completou o curso do Liceu em 1974, com média de 17 valores

Licenciou-se em gestão de empresas na Universidade de Greenwich então Thames Polytechnic com o grau de BA 1st Class Honours, em Inglaterra, em 1978

No mesmo ano, foi-lhe atribuído o Saint James Prize in Economics, equivalente ao melhor aluno do curso

Actividade Profissional:

Presidente do Conselho de Administração da E. A. Moreira - Agentes de Navegação S.A., de 1978 a 1992

Administrador da TRANSINSULAR - Transportes Marítimos Insulares, S.A., de 1991 a 2006

Foi gerente e administrador de várias outras empresas ligadas aos ramos dos transportes marítimos e transitário.

É, desde Abril de 2006, Presidente da Assembleia Geral da STCP, SA.

VICE-PRESIDENTE

MARIA TERESA VASCONCELOS ABREU FLOR DE MORAIS

Data de Nascimento: 25 de Março de 1960

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa, em 1983

Actividade Profissional:

Desde Junho de 2007 – Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Financeiros da DGTF

Abril de 2000 a Junho de 2007 - Directora do Gabinete de Prospectiva e Coordenação da DGT

Abril de 1993 a Abril 2000 – Chefe de Divisão da área de Coordenação Orçamental e Bonificações (DGT)

1987 a 1993 – Técnica Superior do Tesouro tendo exercido funções nas seguintes Direcções da DGT: Operações Cambiais; Planeamento, Organização e Coordenação; e Gabinete de Estudos

Outras funções e actividades profissionais:

Desde 2007 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDM –Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA

2004 a 2007 - Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto de Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário

Desde 2004 – Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da STCP, SA

2002 a 2005 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Hospital de São Bernardo, SA

1999 a 2004 - Vogal do Conselho Fiscal da Hidroelétrica de Cahora Bassa, SA

1998 – Representante da DGT na Comissão de Estudo do Regime Jurídico Relativo aos Auxílios Públicos

2002 a 2004 - Representante da DGT no grupo de trabalho que apresentou um projecto de diploma sobre crédito bonificado para Pessoas com Deficiência

1998 a 2000 - Representante da DGT no grupo de trabalho que elaborou os projectos de diplomas que regulam o regime da concessão de crédito à aquisição, construção e realização de obras em habitação – Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro, e posteriores alterações .

SECRETÁRIO

CARLOS MARIA ROCHA PINHEIRO TORRES

Data de Nascimento: 15 de Novembro de 1945

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra e Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais pela mesma Faculdade.

Actividade Profissional: Advogado; Docente da FEP.



Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PRESIDENTE

Data de Nascimento: 28 de Janeiro de 1941

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em Julho de 1963.

Curso de pós-graduação em Ciências Político Económicas pela mesma Faculdade em Novembro de 1964.

Certificado de capacidade profissional para transporte rodoviário nacional de passageiros em 2002

Actividade Profissional:

Desde Abril 2006 - STCP, SA - Presidente do Conselho de Administração

Metro do Porto, SA – Secretária-Geral desde Abril 2004 – encontrando-se com funções suspensas

Metro do Porto, SA - Consultora - Abril 2003 a Março 2004

STCP, SA - Vogal do Conselho de Administração - Outubro 1994 a Março 2003

COELIMA, SA - Vogal não executivo do Conselho de Administração de 1993 a 1994
NORCRÉDITO, SA - Presidente do Conselho de Administração - Setembro 1991 a Janeiro 1993
PARVIR, SA - Presidente Conselho de Administração - Dezembro 1990 a Agosto 1991
SOCIFA Investimento, SA – Vogal – Fevereiro 1990 a Julho 1991
Crédito Predial Português – Directora - Março 1976 a Dezembro 1989
Banco da Agricultura - Comissão de Gestão - Março a Dezembro 1975
Banco Borges & Irmão - Técnica - de Agosto 1967 a Março 1976
Gabinete de Estudos do Comissariado do Turismo – Técnica - Março 1966 a Julho 1967



Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa

VOGAL

Data de Nascimento: 7 de Janeiro de 1956

Habilitações Académicas:

Licenciado em Engenharia Electrotécnica pela Universidade do Porto (1978).

Mestre em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa (1989).

Doutor em Ciências da Engenharia pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1996)

Actividade Profissional:

Desde Abril de 2006, Administrador da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

Professor Auxiliar da FEUP, desde 1996, com nomeação definitiva desde 2001. Tem leccionado disciplinas nas áreas de Investigação Operacional, Estatística, Gestão Industrial e Transportes e desenvolvido investigação, com ênfase na área de Apoio à Decisão aplicada ao Planeamento e Gestão de Sistemas de Transportes. Autor ou co-autor de mais de cinquenta comunicações e artigos em Actas de Conferências, livros

e revistas científicas. Foi co-autor da Proposta de Criação da Área de Doutoramento em Transportes na FEUP, aprovada pelo Plenário do Conselho Científico em Maio de 2005. Investigador do INEGI desde 1987, onde tem participado em projectos de I&D, quer como colaborador quer como coordenador, nomeadamente na área de Transportes, e onde tem realizado vários Estudos de Diagnóstico Global e Análise Estratégica de empresas.

Professor na disciplina de Business Models and Contracts do Post-Graduation Course on Complex Transport Infrastructure Systems do MIT Portugal Program nas edições de 2008 e 2009.

Responsável pela organização e leccionação de Cursos de Especialização e de Curta Duração, nas áreas de Planeamento e Controlo de Projectos e de Apoio à Tomada de Decisão em diversas empresas e associações profissionais. No contexto do Serviço de Educação Contínua e Desenvolvimento da FEUP, tem sido coordenador e formador de Cursos de Gestão de Operações em Transporte Rodoviário de Passageiros.

Tem integrado diversas Comissões Organizadoras e Comissões de Programa de Congressos nacionais e internacionais nas áreas de Investigação Operacional e de Transportes.

Membro da Direcção da Associação Portuguesa de Investigação Operacional e do Instituto de Engenharia Mecânica (Pólo FEUP) 2005-2006.

Foi um dos fundadores do Working Group on Decision Support Systems da EURO (Organização Europeia de Investigação Operacional), em 1989, e é, desde 1999, membro do EURO Working Group on Transportation e, desde 2002, do EURO Working Group on Multiple Criteria Decision Aiding.

Administrador da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A, 1998-2002.

Coordenador da Secção de Gestão e Engenharia Industrial do Departamento de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 1997-1998 e 2003-2005. Ainda no âmbito das actividades de gestão universitária, foi Membro eleito do Conselho Científico da FEUP, Membro do Conselho de Departamento – DEMEGI e Membro da Comissão Científica do Mestrado em Transportes.

Assistente na FEUP, 1987-1996.

Bolseiro do INIC, 1986-87.

Colaborador de dois gabinetes de estudos, onde participou em projectos de instalações eléctricas nos sectores de construção civil e abastecimento de águas (1980-85).

Iniciou a sua actividade profissional na indústria, na área de Manutenção em Máquinas Eléctricas (1978-79).



Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva

VOGAL

Data de Nascimento: 4 de Julho de 1974

Habilitações Académicas:

Conclusão em 1999 do Curso de Administração e Gestão de Empresas, na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, da Universidade Católica Portuguesa, no Centro Regional do Porto.

Actividade Profissional:

Desde Abril de 2006 é membro do Conselho de Administração da STCP, tendo coordenado directamente áreas de Marketing, Auditoria Interna, Ambiente Segurança, estando actualmente a coordenar a área Administrativa e Financeira, a área de Projectos e Estratégia e os novos negócios como a Publicidade e o turismo;

Desde Abril de 2006 é membro do Conselho de Administração da Transpublicidade,SA, empresa que gere o negócio da publicidade em transportes, por via da participação accionista por parte da STCP,SA.

Frequentou entre Outubro de 2006 e Maio de 2007 o Seminário 'Economia e Finanças da Descentralização' que teve lugar na Associação Comercial do Porto e é organizado pela Faculdade de Economia da Universidade Católica Portuguesa;

Publicou e apresentou em 2005 uma dissertação, no 1º Congresso Nacional dos Economistas, organizado pela Ordem dos Economistas, em Outubro de 2005, que se realizou no Edifício da Alfândega, na cidade do Porto. A Dissertação abordava a Gestão em Portugal e intitulava-se 'Gestão e Portugal – Propostas para uma União de Facto'.

De 2002 a 2006 - Desempenhou diversas funções na Unicer - Bebidas de Portugal, S.A., desde Gestor de Clientes, passando a coordenador da Área de Desenvolvimento, tendo finalmente a responsabilidade da Coordenação Nacional do Programa de Excelência;

De 2001 a 2002 - Desempenhou funções como Director Comercial na empresa 'Imediata Webssentials – Soluções Integradas de Comunicação, S.A., uma empresa do Grupo Imediata,SGPS,SA, unidade de negócio do Grupo Amorim, integrada na Amorim Desenvolvimento, SGPS,SA;

De 1999 a 2001 – Desempenhou várias funções na empresa 'Amadeu Monjardino, Herdeiros, Lda' – empresa do Grupo Monjardino, desde Delegado de Vendas a Assistente do Departamento de Marketing, passando a Responsável pelo Departamento de Retalho – Postos de Abastecimento. Foi ainda responsável pela concepção, elaboração e apresentação do projecto de Internet para as várias empresas do Grupo. Integrou grupo responsável pela concepção e implementação do cartão Frota 'Azoria'.

Em 1998 obteve um Certificado de Mérito conferido pela Universidade Católica Portuguesa pela participação em actividades extra-curriculares de cariz académico.

Desempenhou funções em 1998 no 'Finibanco, S.A.', ao abrigo do programa PEJENE - Programa de Estágios para Jovens Estudantes Universitários Nas Empresas, promovido pela Fundação da Juventude, tendo estado envolvido na área de banca de retalho dirigido às PME's, tendo ainda desempenhado funções na sala de mercados de operações sobre estrangeiros, intervindo na negociação de compra e venda de moeda estrangeira, operações essas importantes para o desenvolvimento de operações de importações e exportações de bens.

É membro efectivo desde 2000 da Ordem dos Economistas, integrado no Colégio de Gestão.

É membro efectivo desde 2000 da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (ex-Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas)



António Paulo da Costa Moreira de Sá

VOGAL

Data de Nascimento: 19 de Julho de 1974

Habilitações Académicas:

Faculdade de Economia da Universidade do Porto - Licenciatura em Economia

Actividade Profissional:

Desde Abril 2006 - Administrador da STCP, SA

De Maio 2001 a Abril 2006 - Metro do Porto, SA - Assessoria à Administração, Planeamento Estratégico e Planeamento e Controlo de Gestão

De Março 2000 a Abril 2001- STCP, SA - Planeamento e Controlo de Gestão.

De Junho 1998 a Março 2000 - EFACEC Capital, SGPS, SA - Assessoria à Administração; Planeamento Estratégico; Coordenação do Relatório e Contas; Envolvimento no projecto de reestruturação da Empresa.

De Abril 1997 a Maio 1998 - EFACEC Motores Eléctricos, SA - Análise de crédito; Operações de tesouraria e financiamento.



VOGAL

Data de Nascimento: 29 de Julho de 1974

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Engenharia Química, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1998)

Licenciatura em Física e Química (ensino de), pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2007)

Mestrado em Tecnologia do Ambiente, pela Universidade do Minho (2002)

Actividade Profissional:

Chefe de Gabinete da Governadora Civil do Porto, Dr.^a Isabel Oneto (2008-2009)

Sócia gerente da empresa Diversespaço, actividades lúdicas e pedagógicas, unipessoal Lda. (2001-2009)

Vereadora da Câmara Municipal da Maia (2005-2009)

Consultora de Gestão da Qualidade, na empresa Covas Transportes, Lda (2006)

Consultora/Formadora de Gestão Ambiental e de Gestão da Qualidade na Empresa Scherdel-Moltec molas técnicas, SA (2005)

Formadora no Curso de Gestão Ambiental, nível V, na AlMinho (2005)

Consultora/Formadora de Gestão Ambiental nas empresas Flexitex e Fase Três (2004)

Formadora no curso de Pós-graduação em Gestão Ambiental no Instituto de Soldadura e Qualidade (2003-2004)

Formadora na Acção "Princípios e Práticas de Tecnologias Ambientais", promovido pela Associação da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa (AESBUC) (2003)

Assessora no domínio de recursos hídricos, tratamento de efluentes líquidos e gasosos no Gabinete do Presidente Câmara Municipal de Matosinhos (2000-2002)

Projectista na Empresa Goulds-Pumps Portugal, pertencente ao grupo Multinacional ITT (1998-2000)

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

PEDRO ROMANO MARTINEZ

Habilitações Académicas:

Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa.

Curso de Direito: Universidade Católica, em Lisboa, 1982.

Mestrado: Universidade Católica, «O Subcontrato», 1989.

Doutoramento: Universidade Católica, «Cumprimento Defeituoso em especial na Compra e Venda e na Empreitada», 1994.

Agregação: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2005, «Da Cessação do Contrato».

Docência:

(1982/94) Assistente Introdução ao Estudo do Direito, Teoria Geral do Direito Civil e Direito das Obrigações.

(1994/98) Professor Auxiliar com regência de Direitos Reais, de Direito do Trabalho e de Contratos em Especial.

(1998/2006) Professor Associado com regência de Introdução ao Estudo do Direito, de Direito das Obrigações, de Direitos Reais, de Direito do Trabalho de Contratos Civis, de Contratos Comerciais e de Direito dos Seguros.

(2006/2009) Professor Catedrático com regência de Introdução ao Estudo do Direito, de Direito das Obrigações e de Direito dos Seguros na Faculdade de Direito de Lisboa.

(2008/-) Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa.

Participação em trabalhos legislativos

a) A solicitação do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, participou na alteração à legislação do trabalho, coordenando os trabalhos de revisão da legislação laboral, que deram origem ao Código do Trabalho, entre Maio de 2002 e Julho de 2003;

b) A solicitação do Ministério das Finanças e da Administração Pública, participou nos trabalhos de revisão do regime do contrato de seguro, coordenando a comissão que elaborou o projecto de regime jurídico do contrato de seguro, aprovado em Conselho de Ministros no dia 24 de Janeiro e promulgado no dia 7 de Abril de 2008, Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de Abril, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2009.

Trabalhos publicados (algumas monografias):

Direito Civil, Direito Comercial e Direito do Trabalho

1. O Subcontrato, Almedina, Coimbra, 1989 (211 págs.);

2. Cumprimento Defeituoso em especial na Compra e Venda e na Empreitada, Lisboa, 1992 (=) Almedina, Coimbra, 1994 (643 págs.), reimpressão, Almedina, Coimbra, 2001 (602 págs.);
3. Contrato de Empreitada, Almedina, Coimbra, 1994 (251 págs.);
4. Garantias de Cumprimento (em co-autoria), 1.ª edição, Almedina, Coimbra, 1994 (121 págs.);
 - Garantias de Cumprimento (em co-autoria), 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 1997 (183 págs.);
 - Garantias de Cumprimento (em co-autoria), 3.ª edição, Almedina, Coimbra, 2002 (250 págs.);
 - Garantias de Cumprimento (em co-autoria), 4.ª edição, Almedina, Coimbra, 2003 (283 págs.);
 - Garantias de Cumprimento (em co-autoria), 5.ª edição, Almedina, Coimbra, 2006 (306 págs.);
5. Empreitada de Obras Públicas. Comentário ao Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro (em co-autoria), Almedina, Coimbra, 1995 (373 págs.);
6. Contratos em Especial, 1.ª edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1995 (164 págs.);
 - Contratos em Especial, 2.ª edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1996 (359 págs.);
7. Direito das Obrigações (Parte Especial). Contratos. Compra e Venda. Locação. Empreitada, 1.ª edição, Almedina, Coimbra, 2000 (478 págs.);
 - Direito das Obrigações (Parte Especial). Contratos. Compra e Venda. Locação. Empreitada, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2001, 1.ª reimpressão, Almedina, Coimbra, 2003, 2.ª reimpressão, Almedina, Coimbra, 2005, 3.ª reimpressão, Almedina, Coimbra, 2008 (523 págs.);
8. Contratos Comerciais. Apontamentos, Principia, Cascais, 2001, reimpressão, Principia, Cascais, 2003 (127 págs.);
9. Direito do Trabalho, Almedina, Coimbra, 2002 (1175 págs.);
 - Direito do Trabalho, reimpressão, Almedina, Coimbra, 2004 (1175 págs.);
 - Direito do Trabalho, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2005 (1267 págs.);
 - Direito do Trabalho, 3.ª edição, Almedina, Coimbra, 2006 (1290 págs.);
 - Direito do Trabalho, 4.ª edição, Almedina, Coimbra, 2007 (1330 págs.);
10. Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 1.ª edição, Almedina, Coimbra, 2003 (932 págs.);
 - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2004, reimpressão, Almedina, Coimbra, 2004 (938 págs.);
 - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 3.ª edição, Almedina, Coimbra, 2004 (1206 págs.);

- Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 4.ª edição, Almedina, Coimbra, 2005, reimpressão, Almedina, Coimbra, 2006 (1226 págs.);
- Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 5.ª edição, Almedina, Coimbra, 2007 (1282 págs.);
- Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 6.ª edição, Almedina, Coimbra, 2008 (1336 págs.);
- 11. Da Cessação do Contrato, Almedina, Coimbra, 2005 (687 págs.);
- Da Cessação do Contrato, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2006 (690 págs.);
- 12. Direito dos Seguros. Apontamentos, Principia, Cascais, 2006 (160 págs.);
- 13. Lei do Contrato de Seguro Anotada (em co-autoria), Almedina, Coimbra, 2009 (532 págs.).

VOGAL EFECTIVO

ANA ALEXANDRA FILIPE FREITAS

Data de Nascimento: 30 de Junho de 1970

Habilitações Académicas:

Curso de especialização em Mercados Financeiros, do Instituto de Formação Bancária Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Actividade Profissional:

Vogal do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA desde Abril de 2008;

Assessora do Tesouro na Divisão de Garantias e Empréstimos da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças, quadro que integra desde Junho de 1994. Secretária da Mesa da Assembleia-Geral do Hospital de Egas Moniz, S.A, de Dezembro de 2002 até Maio de 2005.

VOGAL EFECTIVO

MARIA MANUELA MARQUES LIMA

Data de Nascimento: 15 de Março de 1951

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, do Instituto Superior de Economia de Lisboa

Actividade Profissional:

Vogal do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA, desde Abril de 2008;

Assessora Principal na Divisão de Aquisições e Administração Patrimonial da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças, desde 1 de Julho de 2007.

Chefe de Divisão de Aquisições e de Arrendamentos para o Estado da Direcção-Geral do Património de 1 Fevereiro de 1993 a Julho de 2006.

Técnica Superior do quadro da Direcção-Geral do Património de 30 de Abril de 1990 a 1 de Fevereiro de 1993.

Técnica Superior de Estatística da Divisão de Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística. de 15 de Novembro de 1984 a 30 de Abril de 1990, tendo sido responsável pela elaboração dos quadros síntese de operações financeiras bem como pela elaboração das contas do sector do resto do mundo.

Técnica da Divisão de Recrutamento da Direcção-Geral de Recrutamento e Formação de 9 de Setembro de 1980 a 30 de Abril de 1980

Admitida na Função Pública a 8 de Janeiro de 1972, tendo exercido funções na área administrativa até à data em que tomou posse de Técnica de 2.ª classe da Direcção-Geral de Recrutamento e Formação.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

CARLOS ALBERTO FREITAS DOS SANTOS

Data de Nascimento: 25 de Novembro de 1935

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Economia, pela Faculdade de Economia do Porto, concluída em 1968.

Curso de Guarda - Livros da Escola Prática Comercial Raul Dória, em 1951.

Técnico de Contas inscrito na Direcção Geral de Contribuições e Impostos, em 1965.

Revisor Oficial de Contas inscrito na Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, em 1974, fazendo parte da primeira lista de Revisores Oficiais de Contas.

Frequência periódica de cursos de Actualização Profissional, após a licenciatura.

Línguas: Domínio do espanhol, francês e inglês.

Actividade Profissional:

Funcionário superior do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, exercendo funções de chefia de diversos sectores e dependências, desde 1952 até 1970.

Técnico de Contas, em regime livre, em diversas empresas.

Técnico Oficial de Contas, inscrito na Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas sob o número 04813 desde a criação dessa Instituição.

Director dos Serviços Administrativos e Financeiros da sociedade SAMECA - Sá & Castro, Lda., do Porto, e empresa de Obras Públicas António Alves Quelhas, Lda., de Matosinhos, em 1970 e 1971.

Professor, em tempo parcial, no I.T.F.I. - Instituto Técnico de Formação e Investigação, em 1970 e 1971.

Administrador da sociedade CERFIL - Companhia Industrial de Cerdas Artificiais, SA, em 1972 e 1973, de que pediu a exoneração do cargo devido à incompatibilidade com a Inscrição como Revisor Oficial de Contas.

Professor na UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, da cadeira de Auditoria Financeira, em 1991 e 1992.

Actualmente:

Sócio da sociedade António Magalhães & Carlos Santos - S.R.O.C., desde a sua constituição em 1989.

Sócio do gabinete de estudos económicos e financeiros e de organização de empresas, CESTE - Centro de Estudos Empresariais, Lda., onde detém 25% do capital social, com sede na Rua do Campo Alegre, n.606 - 2º.Andar - Salas 201/203, no Porto, desde 1972 tendo realizado, entre outros trabalhos, auditorias a contabilidades, peritagens a contabilidades por incumbência de tribunais, cálculo de partes sociais, organização de empresas, montagem de sistemas administrativos, proposituras de Contratos de Viabilização, estudos de viabilidade económica e financeira, estudos de projectos de investimento, ao abrigo de estímulos ao investimento, entre os quais o SIII – Sistema Integrado de Incentivos ao Investimento, SINPEDIP e POE- Programa Operacional da Economia e consultadoria fiscal e financeira a algumas empresas nacionais e estrangeiras. Fiscalização dos projectos ao abrigo do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Sócio da sociedade Freitas dos Santos & Leite, Lda., com a quota de 55%, com sede no Porto, que se dedica a prestar serviços de consultadoria fiscal, económica e financeira a empresas.

Auditor de projectos de investimento, financiados pelo PEDIP - Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa, por nomeação do Gabinete do Gestor do PEDIP, da sociedade António Magalhães & Carlos Santos - Sociedade de revisores oficiais de Contas.

Idem, pelo SINPEDIP.

Emissão de relatórios de ROC sobre projectos de investimento apoiados pelo POE-Programa Operacional da Economia na componente financeira.

Perito independente nomeado nos termos da Lei Geral Tributária, conforme lista de peritos independentes publicada no Diário da República n.170, II Série, de 25/07/2000.

Membro do Conselho Fiscal desde 1974, ou Fiscal Único em inúmeras sociedades comerciais, sendo actualmente, na qualidade de sócio da sociedade "António Magalhães

& Carlos Santos - SROC”, Revisor Oficial de Contas executor ou orientador efectivo nas referidas sociedades.

Membro efectivo de órgãos sociais nas seguintes entidades:

Fundação Gomes Teixeira - (Instituição da Universidade do Porto) – Presidente do Conselho Fiscal.

Royal Lankhorst Euronete Group Bv. - Holanda - membro do Supervisory Board

Norte Vida - Associação para a Promoção da Saúde - IPSS - Vice-Presidente da Assembleia Geral

IUS - Instituto Universidade e Sociedade - associação ligada à Universidade de Coimbra - sócio.

A Semente - IPSS (Sócio).

Cursos, seminários e conferências

Desde 1978 até à data, participação em inúmeros Congressos, Seminários, Conferências, Colóquios, Encontros profissionais, Cursos de formação contínua, etc.

Organismos em que se encontra inscrito

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sob o n.177, da lista de Revisores Oficiais de Contas, desde a sua fundação, em 1974.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos, como Técnico Oficial de Contas, desde 1965, com o n.04 813.

APEC - Associação Portuguesa de Economistas - sócio fundador n 341

Círculo Universitário do Porto - membro associado.

10.3.3 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTATUTO REMUNERATÓRIO

Fixado pela Acta n.º1 de 29 de Junho de 2009 da Comissão de Fixação de Remunerações da STCP.

MESA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – Senha de Presença no valor de € 615,98 euros (seiscentos e quinze euros e noventa e oito cêntimos).

Vice-Presidente – Senha de Presença no valor de € 466,56 euros (quatrocentos e sessenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos).

Secretário – Senha de Presença no valor de € 344,14 euros (trezentos e quarenta e quatro euros e catorze cêntimos).

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Remuneração Fixa: remuneração mensal ilíquida de € 6.923,26 (seis mil novecentos e vinte e três euros e vinte seis cêntimos), paga 14 (catorze) vezes por ano;

Remuneração Variável Anual: atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% (trinta e cinco por cento) da respectiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos no Contrato de Gestão.

VOGAIS

Remuneração Fixa: remuneração mensal ilíquida de € 6.028,52 (seis mil e vinte e oito euros e cinquenta e dois cêntimos), paga 14 (catorze) vezes por ano;

Remuneração Variável Anual: atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% (trinta e cinco por cento) da respectiva componente fixa da remuneração,

em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos no Contrato de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam, ainda, das seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da Sociedade:

Automóvel: atribuição, para utilização pessoal, de uma viatura de serviço até ao limite de renda de € 1.000 euros mensais para o Presidente e de € 900 para os restantes membros. O limite máximo para os encargos médios mensais com combustível foi fixado pelo Conselho de Administração em €250, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade;

Telemóvel: utilização de telemóvel de serviço, cujo limite máximo para os encargos médios mensais foi fixado pelo Conselho de Administração em € 150, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade.

A eventual utilização de cartão de crédito da sociedade destina-se, exclusivamente, a fazer face a despesas, devidamente comprovadas, inerentes ao exercício das respectivas funções ao serviço da Sociedade.

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Remuneração mensal ilíquida correspondente a 20% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, paga 14 (catorze) vezes por ano.

VOGAIS

Remuneração mensal ilíquida correspondente a 15% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, paga 14 (catorze) vezes por ano.

Para os membros do Conselho Fiscal, a remuneração ilíquida fixada foi aplicada desde 21 de Abril de 2008, tendo sido considerada como base de incidência até 6 de Abril de 2009, a remuneração de 5.675,94 €.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Por deliberação unânime por escrito tomada pelo accionista Estado em 9 de Setembro de 2009, sob proposta do Conselho Fiscal, foi eleita como Revisor Oficial de Contas da STCP, S.A., para o triénio 2009/2011, a Sociedade António Magalhães e Carlos Santos, S.R.O.C., representada pelo Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos. A remuneração do Revisor Oficial de Contas ficou fixada em quinze mil e seiscentos euros de honorários, a pagar em duodécimos mensais de mil e trezentos euros, tendo-se procedido à formalização do respectivo contrato.

REMUNERAÇÕES E OUTRAS REGALIAS

MESA ASSEMBLEIA GERAL

	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	Secretário da Mesa da Assembleia Geral
Valores em €	Rui Carvalho Araújo Moreira	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	Carlos Maria Pinheiro Torres
Senhas de Presença	615,98 €	466,56 €	334,14 €

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MANDATO I

Valores em €	Presidente do Conselho de Administração	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes	Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa	João Rui Sousa Simões Fernandes Marrana (5)	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	António Paulo da Costa Moreira de Sá
1. Remuneração					
1.1 Remuneração Base	13.453,38 €	11.698,59 €	22.167,49 €	11.698,59 €	11.698,59 €
1.2 Acumulação de Funções de Gestão	4.036,00 €	4.036,00 €	7.647,76 €	4.036,00 €	4.036,00 €
1.3 Remuneração Complementar					
1.4 Despesas de Representação	4.709,61 €	3.509,57 €	3.509,58 €	3.509,57 €	3.509,57 €
1.5 Prémios de Gestão (... meses)					
1.6 Outras (identificar detalhadamente)					
2. Outras regalias e compensações					
2.1 Gastos de utilização de telefones	38,17 €	124,43 €	196,49 €	101,88 €	646,09 €
2.2 Valor de Aquisição pela empresa da viatura de serviço					
2.3 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	364,11 €	879,51 €	374,22 €	699,34 €	357,88 €
2.4 Subsídio de deslocação					
2.5 Subsídio de refeição					
2.6 Outros (identificar detalhadamente)					
3. Encargos com Benefícios Sociais					
3.1 Segurança Social Obrigatório	3.207,03 €	1.588,68 €	5.620,95 €	3.134,64 €	3.134,64 €
3.2 Planos Complementares de Reforma					
3.3 Seguros de Saúde					
3.3 Seguros de Vida					
3.4 Outros (Seguro de Acidentes Pessoais)	52,44 €	45,47 €	31,56 €	45,47 €	45,47 €
4. Informações Adicionais					
4.1 Opção pelo Vencimento de Origem (s/n)	não	não	não	não	não
4.2 Regime de Segurança Social	RGSS	CGA	RGSS	RGSS	RGSS
4.3 Cumprimento do nº 7 da RCM 155/2005					
4.4 Ano de Aquisição de Viatura pela empresa	Setembro 2009 (1)	Dezembro 2009 (2)	Novembro 2003 (3)	Abril 2007 (4)	Abril 2007 (4)
4.5 Exercício de opção de aquisição de viatura de serviço	não	não	não	não	não
4.6 Usufruto de Casa de Função	não	não	não	não	não
4.7 Exercício de funções remuneradas fora do grupo	não	não	não	não	não
4.8 Outras (identificar detalhadamente)					

(1) Até Setembro de 2009 conduziu viatura BMW 320 d

(2) Até Dezembro de 2009 conduziu viatura VOLVO S60 a GASOLINA adquirida pela STCP em Dezembro de 2003

(3) Conduziu sempre viatura ROVER 75 adquirida pela STCP em Novembro de 2003

(4) Conduziu sempre viaturas SAAB 9 3 adquiridas pela STCP em Abril de 2007

(5) Na Remuneração estão incluídos direitos adquiridos em 2009

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
MANDATO II

Valores em €	Presidente do Conselho de Administração	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes (6)	Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa (6)	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva (6)	António Paulo da Costa Moreira de Sá (6)	Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
1. Remuneração					
1.1 Remuneração Base	74.771,20 €	65.108,02 €	65.108,02 €	65.108,02 €	62.294,69 €
1.2 Acumulação de Funções de Gestão					
1.3 Remuneração Complementar					
1.4 Despesas de Representação					
1.5 Prémios de Gestão (.... meses)					
1.6 Outras (identificar detalhadamente)					
2. Outras regalias e compensações					
2.1 Gastos de utilização de telefones	208,19 €	609,13 €	633,81 €	2.044,10 €	744,93 €
2.2 Valor de Aquisição pela empresa da viatura de serviço					
2.3 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	1.092,32 €	2.638,52 €	2.098,02 €	1.073,65 €	1.122,65 €
2.4 Subsídio de deslocação					
2.5 Subsídio de refeição					
2.6 Outros (identificar detalhadamente)					
3. Encargos com Benefícios Sociais					
3.1 Segurança Social Obrigatório	11.759,11 €	5.825,16 €	11.759,11 €	11.759,11 €	11.541,23 €
3.2 Planos Complementares de Reforma					
3.3 Seguros de Saúde					
3.3 Seguros de Vida					
3.4 Outros (Seguro de Acidentes Pessoais)	157,33 €	136,42 €	136,42 €	136,42 €	150,33 €
4. Informações Adicionais					
4.1 Opção pelo Vencimento de Origem (s/n)	não	não	não	não	não
4.2 Regime de Segurança Social	RGSS	CGA	RGSS	RGSS	RGSS
4.3 Cumprimento do nº 7 da RCM 155/2005					
4.4 Ano de Aquisição de Viatura pela empresa	Setembro 2009 (1)	Dezembro 2009 (2)	Abril 2007 (4)	Abril 2007 (4)	Janeiro 2010 (3)
4.5 Exercício de opção de aquisição de viatura de serviço	não	não	não	não	não
4.6 Usufruto de Casa de Função	não	não	não	não	não
4.7 Exercício de funções remuneradas fora do grupo	não	não	não	não	não
4.8 Outras (identificar detalhadamente)					

(1) Até Setembro de 2009 conduziu viatura BMW 320 d

(2) Até Dezembro de 2009 conduziu viatura VOLVO S60 a GASOLINA adquirida pela STCP em Dezembro de 2003

(3) Conduziu sempre viatura ROVER 75 adquirida pela STCP em Novembro de 2003

(4) Conduziu sempre viaturas SAAB 9 3 adquiridas pela STCP em Abril de 2007

(6) Na Remuneração estão incluídos subsídios de férias e Natal referente ao Mandato I

CONSELHO FISCAL

Valores em €		2009	
		Mandato I	Mandato II
Presidente do Conselho Fiscal	Pedro Romano Martinez	3.632,59 €	14.954,24 €
Vogal Efectivo do Conselho Fiscal	Ana Alexandra Filipe Freitas	2.724,46 €	11.215,68 €
Vogal Efectivo do Conselho Fiscal	Maria Manuela Marques Lima	2.724,46 €	11.215,68 €
Vogal Suplente do Conselho Fiscal	Dino Jorge Ramos Santos	0,00 €	0,00 €

Para os membros do Conselho Fiscal, a remuneração ilíquida fixada foi aplicada desde 21 de Abril de 2008, tendo sido considerada como base de incidência até 6 de Abril de 2009, a remuneração de 5.675,94 €.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Valores em €		2009	
		Mandato I	Mandato II
ROC	António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Carlos Santos, ROC nº 177	1.410,00 €	15.600,00 €

O valor referido para o Mandato I respeita a Honorários relativos ao ano de 2008.

10.3.3.1 SEGURO DE CAUÇÃO

Em cumprimento do artigo 396º Código das Sociedades Comerciais e do Despacho SETF nº 960/09 de 24 de Setembro de 2009.

Nome Completo	Cargo	Companhia de Seguros	Nº da Apólice	Beneficiário	Cobertura	Capital Seguro
Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes	Presidente do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	0080.10.002538	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	50.000,00 €
Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa	Vogal do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	0080.10.002539	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	50.000,00 €
Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	Vogal do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	0080.10.002536	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	50.000,00 €
António Paulo da Costa Moreira de Sá	Vogal do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	0080.10.002540	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	50.000,00 €
Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras	Vogal do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	0080.10.002537	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	50.000,00 €

Em cumprimento do artigo 396º do Código das Sociedades Comerciais e do Despacho do Senhor SETF nº 960/09 de 24 de Setembro de 2009 **250.000,00 €**

Apólices subscritas e suportadas individualmente por cada um dos Administradores referidos

10.3.4 INFORMAÇÃO SOBRE TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS 2009

Aquisição de bens e serviços a entidades relacionadas		
(valores em euros e com IVA incluído)		
Entidade	Descrição	Montante (*)
TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE		2.188.489,91
	Comissão de venda do tarifário monomodal pela PAYSHOP	695.041,56
	Fee de validação do tarifário monomodal	538.602,33
	Comissão de venda sobre o tarifário intermodal STCP	420.745,48
	Aquisição Título Euro / Andante Tour / Andante Gold	352.844,00
	Débito de custos com pessoal dos postos de venda e linha azul	181.256,54
OPT-Optimização e Planeament de Transportes, S.A.		261.342,48
	Manutenção de software	92.612,52
	Produção e alteração a softwares	168.729,96
Venda de bens e serviços a entidades relacionadas		
(valores em euros e com IVA incluído)		
Entidade	Descrição	Montante (*)
Metro do Porto, S.A.		390.844,68
	Arrendamento de fracções na Torre das Antas	214.607,01
	Gestão do serviço de transporte alternativos Linha Maia/Trofa	72.588,00
	Débito de remunerações de órgãos sociais	54.600,00
	Prestação de serviços administrativos e informáticos	24.724,56
	Cedência de trabalhadores	24.325,11
TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE		41.811.271,40
	Receita do tarifário monomodal STCP	27.255.030,78
	Receita intermodal STCP	14.178.989,66
	Prestação de serviços de conferência da receita intermodal	258.627,85
	Arrendamento de fracções na Torre das Antas e em Francos	103.576,44
	Cedência de trabalhadores	15.046,67
Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.		287.253,52
	Prestação de serviços de publicidade em autocarros e eléctricos	287.253,52
STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Partic. Unipessoais, Lda		292.290,68
	Manutenção, gasóleo e limpeza dos autocarros do circuito PORTO VINTAGE	198.296,28
	Arrendamento de fracções na Torre das Antas e Massarelos	48.848,00
	Prestação de serviços jurídicos, administrativos e informáticos	23.616,00
	Aluguer de Viaturas Ligeiras e Eléctricos	21.530,40

OUTRAS TRANSACÇÕES 2009

Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

As aquisições de bens e serviços são efectuadas mediante consulta a, no mínimo, três fornecedores ou por ajuste directo se decorrente de aquisições enquadradas em contratos de fornecimento de equipamentos no âmbito de concursos públicos. De acordo com os procedimentos em vigor na empresa, sempre que a lei o determine procede-se a concursos públicos para os quais o Conselho de Administração decide a abertura, aprova o caderno de encargos e nomeia um júri. As compras de bens de investimento, após consulta ao mercado, são obrigatoriamente autorizadas por um membro do Conselho de Administração desde que se trate de investimentos incluídos no orçamento anual, ou deliberadas pelo Conselho de Administração se tal não ocorrer. Os procedimentos em vigor na empresa relativos à aquisição de bens e serviços encontram-se regulamentados na sua matriz de processos integrada no Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho – Manual de Procedimentos, nomeadamente nos Processos P_006_Aprovisionamentos e P_007_Grandes Aquisições.

Universo de transacções que não tenha ocorrido em condições de mercado

Não ocorreram situações neste âmbito.

LISTA DE FORNECEDORES QUE REPRESENTAM MAIS DE 5% DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS:

5% FSE 2009 = 31.810.110,07 * 5% 1.590.505,50 €

Nome	Localidade	Morada	Montante (*)
Man Veiculos Industriais (Portugal) Soc. Unip., Lda.	Algés	Alameda Fernão Lopes, 16 9º Piso	7.852.984,42
Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	Lisboa	Rua Tomás da Fonseca, Torre C	5.375.366,68
Galp Gás Natural, S.A.	Lisboa	Rua Tomás da Fonseca, Torre C	5.073.371,02
Banco Bpi, S.A.	Porto	Rua Tenente Valadim	2.064.828,62
Valpi Bus - Alberto Pinto e Filhos, Transp. Rodoviários SA.	Paredes	Av. Joaquim Ribeiro da Mota, 256	3.011.656,86
Empresa de Transportes Gondomarense, Lda	Fânzeres	Rua Montezelo, 815	2.995.469,12
Tip- Transportes Intermodais do Porto, Ace	Porto	Avª Fernão de Magalhães, 1862 9º Piso	2.205.513,71
TOTAL			28.579.190,43

(*) Valores em euros e com IVA incluído

10.3.5 CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA

A STCP dispõe, desde o final de 2008, de um Código de Ética e de Conduta próprio, que se encontra disponível tanto no site da empresa para consulta de todas as partes interessadas, bem como na sua *intranet* para consulta dos seus trabalhadores.

Este Código constitui um instrumento fundamental na definição normativa que deve ser respeitada por toda a estrutura da organização da Empresa, nos diversos níveis que a integram, constituindo em simultâneo o patamar de exigência perante fornecedores e prestadores de serviços nas suas relações com a STCP.

Por essa razão, as normas de conduta contidas no presente código definem e enformam os princípios e as regras de procedimento quer nas relações interpessoais no interior da empresa quer na actuação externa: perante o Accionista e demais stakeholders, perante os Clientes, perante todas e quaisquer entidades reguladoras ou fiscalizadoras, perante os fornecedores de bens ou serviços e, genericamente, perante todos os parceiros e colaboradores externos.

Do seu correcto cumprimento depende o reforço da cultura da Empresa, a consolidação do seu papel estruturante na sociedade a que presta um serviço público de interesse geral, o relevo do contributo social para a mobilidade das camadas mais desfavorecidas da população local, o incremento do seu contributo para a inclusão social, a prossecução das preocupações com o ambiente e o desenvolvimento sustentável, a melhoria do desenvolvimento profissional dos seus trabalhadores, a garantia de uma gestão profissional com vista à maior economicidade dos recursos públicos nela aplicados, à adopção das melhores práticas do seu sector de actividade e à manutenção dos elevados padrões que sejam o garante da certificação dos Sistemas de Gestão da Qualidade, do Ambiente e da Segurança e Saúde no Trabalho, já obtida pela STCP.

10.3.6 PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

Do Conselho de Prevenção da Corrupção emanou a Recomendação n.º 1/2009 de 1 de Julho de 2009, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 140, de 22 de Julho de 2009, sobre Planos de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas.

A STCP, S.A., consciente de que a corrupção é um sério obstáculo ao normal funcionamento das instituições e que constituiu, actualmente, uma das grandes preocupações não apenas dos diversos Estados mas também de organizações internacionais de âmbito global e regional, revelando-se como uma ameaça aos Estados de direito, bem como um obstáculo ao normal funcionamento dos mercados, deu cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção procedendo à elaboração do seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, datado de Dezembro de 2009.

O Plano de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da STCP foi remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que tutela a empresa. Do mesmo plano foi dado conhecimento a todos os trabalhadores da empresa através da sua publicação na intranet da empresa.

10.4 ASSOCIAÇÕES E PARCERIAS

A STCP é membro da UITP – Union Internationale des Transports Publics e participa nas Comissões abaixo descritas, sendo que tem vindo a trabalhar mais activamente nos três primeiros Comitês que seguidamente se apresentam:

- Bus Committee (Comité dos Autocarros)
- Seamless Mobility Platf (Plataforma da Mobilidade Integrada)
- Information, Technology and Innovation Commission (Comissão de Tecnologias de Informação)
- Human Resources Commission (Comissão de Recursos Humanos)
- Security Commission (Comissão de Segurança)
- Marketing and Product Development Commission (Comissão de Marketing e Desenvolvimento de Produto)

A STCP é associada de:

- ADEPORTO – Agência de Energia do Porto
- ADETURN – Associação de Turismo do Norte de Portugal
- ADFER – Associação para o Desenvolvimento do Transporte Ferroviário
- AEP – Associação Empresarial de Portugal
- AMTC – Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações

- APAC – Associação Portuguesa dos Amigos dos Caminhos de Ferro
- APH2 – Associação Portuguesa para a promoção do Hidrogénio
- APQ – Associação Portuguesa para a Qualidade
- ATC – Associação dos Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na região
- Associação dos Amigos do Arquivo Distrital do Porto
- Associação “Amigos do Coliseu do Porto”
- Associação Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto
- Associação Comercial do Porto
- Associação Porto Histórico
- APVGN - Associação Portuguesa de Veículos a Gás Natural
- Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- Energaia
- Fundação de Serralves
- Fundação Portuguesa a Comunidade Contra a Sida
- INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial
- IEP - Instituto Electrotécnico Português
- ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade
- PRP – Prevenção Rodoviária Portuguesa

11 Certificação Legal das Contas

ATENÇÃO



VALIDE SEMPRE

andam

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria elaborado por auditor registado na CMVM sobre a Informação Financeira Individual

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, da “**SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A.**”, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 83 627 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 266 627 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 19 500 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração

- a) a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados; e
- f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

.../...

.../...

2.

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da "SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A." em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1 - A Empresa, de acordo com o Despacho n.º 101/09 do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 30 de Janeiro, passou a mensurar ao justo valor os contratos de swap de taxa de juro, conforme nota n.º 2 do Anexo.

8.2 - A Empresa, encontra-se na situação de incumprimento do Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho de Administração através do Relatório de Gestão, no seu ponto 7.6, e da nota 48.4 do Anexo, informa a Assembleia Geral dessa situação. Permitimo-nos lembrar ao Accionista Único que a situação de capital próprio negativo da Empresa revela a necessidade de serem tomadas medidas que visem a eliminação do mencionado incumprimento.

8.3 - Embora não pondo em causa a continuidade das operações, atendendo ao facto do Estado ser o Accionista Único da Empresa, chamamos a atenção para a possível contingência não provisionada nas demonstrações financeiras, resultante do desfecho de um processo judicial movido pelo Município do Porto contra a Empresa, conforme nota n.º34 do Anexo.

Porto, 10 de Março de 2010


Antonio Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º 177

12 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



**RELATÓRIO ANUAL DO
CONSELHO FISCAL
SOBRE O
O RELATÓRIO E CONTAS DE 2009
DA
SOCIEDADE DE TRANSPORTES
COLECTIVOS DO PORTO, S.A.**

Lisboa, 16 de Março de 2010

1. Introdução

No cumprimento do estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de Julho, que rege a STCP, S.A. e aprovou os respectivos Estatutos, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e ainda por força do disposto nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório anual e Parecer sobre o Relatório e Contas de 2009, elaborado pelo Conselho de Administração da STCP, S.A.

Ao abrigo do disposto no ponto 17 dos Princípios de Bom Governo (PBG) das Empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 49/2007, de 28 de Março, o Conselho Fiscal fará constar no presente Relatório uma avaliação do desempenho dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.

O Revisor Oficial de Contas Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, emitiu a respectiva Certificação Legal das Contas a 10 de Março de 2010, que se anexa.

O Conselho Fiscal efectuou reuniões e contactos com o Conselho de Administração e os Serviços da sociedade, dos quais recebeu toda a colaboração e disponibilidade.



2. Análise do Relatório e Contas de 2009

Do Relatório e Contas de 2009 parece-nos de salientar o seguinte:

- O Resultado líquido obtido pela STCP, S.A. em 2009, no montante de -19.500.107,18 euros, foi superior em 49,84% relativamente ao apurado em 2008 (-38.878,8 mil euros).

- Esta melhoria do Resultado Líquido do Exercício reflecte a melhoria dos Resultados Operacionais em 26,15% em relação a 2008, tendo-se cifrado em 2009 em -10.437 mil euros. Embora os Proveitos Operacionais tenham diminuído 1,5%, para 74.783 mil euros em 2009, foram claramente compensados pela diminuição dos Custos Operacionais (cerca de 81.039 mil euros, ou seja, -6% do que em 2008, variação explicada fundamentalmente por uma diminuição na rubrica combustíveis no montante total de 1,9 milhões de euros e de 1,4 milhões de euros nas rendas e alugueres, sendo esta variação justificada sobretudo pelo fim do contrato LEP de 75 autocarros Mercedes) e pela melhoria dos Resultados Financeiros (68,13%, de -24.068 euros para -7.670 euros).

- O Resultado financeiro (-7.670 mil euros, em 2009) diminuiu de forma significativa, ou seja, 68,13% face a 2008, devido essencialmente à reestruturação de dívida de curto prazo para médio e longo prazo e à melhoria das taxas de juro de mercado com o atenuar da crise nos mercados financeiros. Salienta-se que a STCP emitiu em 2009 um empréstimo obrigacionista garantido pelo Estado, no montante de 120.000 mil euros, destinado a consolidar passivo de curto prazo contraído para financiar investimento estratégico e assegurar, em geral, as necessidades financeiras decorrentes do processo de reestruturação da Sociedade, em curso.

- O Resultado extraordinário ascendeu a -1.361,5 mil euros, registando um decréscimo de -110,94% face a 2008, resultante de cessações de contratos de trabalho ocorridas. Em 2009, os Custos Extraordinários incluem 2.193.075,36 euros relativos a indemnizações por rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo e

compensação pela passagem à situação de reforma, comparativamente com 1.764.867,21 euros em 2008.

- Em 2009, o investimento totalizou cerca de 1,506 milhões de euros, dos quais 0,163 milhões de euros na frota de serviço público. As principais rubricas do investimento realizado são as obras de requalificação da estação de recolha da Via Norte, no montante de 587 mil euros, a reconstrução de carros eléctricos históricos e o projecto Oficina Escola do Museu do Carro Eléctrico.

- O financiamento da actividade da empresa decorreu essencialmente com recurso a capitais alheios. É de destacar a concretização do Empréstimo Obrigacionista de 120 milhões de euros, com maturidade a 5 anos, que alterou significativamente a relação entre as dívidas de curto prazo e de médio e longo prazo. Em Setembro de 2009, a dívida de curto prazo tinha um peso de 47%, passando para 8% no final do ano, diminuindo deste modo a exigibilidade de curto prazo e adequando a estrutura da dívida ao défice histórico e estrutural.

- Relativamente à gestão do risco financeiro, a empresa procedeu, em Novembro de 2007, à contratação de operações de cobertura do risco de taxa de juro. Estas operações foram efectuadas tendo por base o empréstimo obrigacionista emitido no ano. A cobertura incide sobre 50 milhões de euros e foi repartida por duas operações de 25 milhões de euros cada, qualquer uma delas a vigorar até ao final da operação coberta, Junho de 2022. São operações de taxa fixa nos três primeiros anos, passando a variáveis pelos restantes onze anos e meio. Estas operações swap de taxa de juro estão relevadas nas contas da empresa pela aplicação do justo valor como critério de mensuração dos instrumentos financeiros.

- O Passivo da STCP, SA, em 2009, de cerca de 350.254,9 mil euros, sofreu um aumento de 3,2% em relação a 2008, decorrente da acumulação de défices sucessivos não compensados através de Indemnizações Compensatórias. O passivo financeiro representa 88% do passivo total.



Salientamos, com alguma preocupação, o elevado nível de endividamento da empresa, sobretudo no médio e longo prazo, com elevados encargos financeiros, para financiar a actividade da empresa, nomeadamente o plano de investimentos.

- Relativamente ao Activo, este agregado registou uma diminuição de 9,25%, o que reflecte uma diminuição de investimentos em 2009.
- O Capital Próprio da STCP, S.A. é crescentemente negativo, por via dos sucessivos aumentos da rubrica Resultados Transitados, atingindo em 2009, - 266.627 mil euros, ou seja, o passivo da empresa excede o seu activo por este mesmo valor.
- Por fim, reiteramos as ênfases assinaladas na certificação legal das contas e no relatório de auditoria emitida pelo ROC da sociedade, quanto ao incumprimento do disposto no art. 35.º do Código das Sociedades Comerciais e a contingência não provisionada nas demonstrações financeiras que pode decorrer de acções judiciais em curso, mormente com a autarquia do Porto.
- Os principais desafios que se colocaram à STCP, S.A, em 2009, foram concretizados com sucesso apesar de não ter podido evitar os reflexos de uma crise global, com efeitos directos no desemprego e na qualidade de vida da população em geral. É disso prova a clara redução da procura, aliada ao longo período de greve que a STCP enfrentou.
- Este recuo da procura e a alteração do perfil de utilização dos títulos, a par da manutenção das tarifas em 2009 – medida justa face às dificuldades das populações – traduziram-se também em quebras na receita da prestação do serviço público que só uma forte redução de custos e a relativa melhoria dos subsídios pôde compensar.

3. Avaliação do desempenho dos gestores

A avaliação dos gestores de forma individualizada tem, entre outros, como pressuposto principal a existência de um contrato de gestão que defina, para cada



um deles, objectivos e estabeleça metas quantificáveis, em cumprimento do disposto no artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março. Os contratos em causa foram outorgados entre o Accionista Estado e os gestores públicos da STCP, S.A., em Junho de 2009, nos quais se fixaram orientações estratégicas e objectivos de gestão anuais, para o período de 2009- 2011, bem como, as componentes fixa e variável da remuneração, esta última associada ao grau de atingimento dos objectivos de gestão.

Ora, considerando os valores evidenciados no Relatório e Contas de 2009, que não nos suscitam quaisquer reparos, apurou-se um grau de atingimento dos objectivos de gestão traçados para 2009 de 102,1%.

Apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo

Na sequência das alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais (CSC) pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, o Governo determinou a adopção obrigatória de um novo modelo de fiscalização para empresas que sejam emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado (sociedades emitentes) e para grandes sociedades que, não sendo totalmente dominadas por outras sociedades que adoptem este modelo, durante dois anos consecutivos, ultrapassem dois dos limites nele estabelecidos (artigo 413.º).

As disposições constantes do CSC aplicam-se subsidiariamente às empresas que integram o SEE por força do disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, quer sob a forma de Sociedades Anónimas, quer sob a forma de Entidades Públicas Empresariais.

Nesta conformidade e preenchendo a STCP,SA, à data da Assembleia Geral Anual, realizada em 21 de Abril de 2008, os requisitos legais para o efeito, foi assegurada a transição do respectivo modelo de fiscalização, adequando-o às

referidas disposições do CSC, o qual passou a ser composto por um Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não é membro daquele órgão.

Face àquela alteração, a estrutura de governo da sociedade passou a adoptar a modalidade de Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e SROC, cujos membros dos respectivos órgãos, eleitos para o mandato 2009-2011, se encontram identificados no Relatório e Contas de 2009.

Salienta-se o esforço do Conselho de Administração da STCP, SA no sentido da definição de objectivos de gestão e no seu alcance, bem como no cumprimento das obrigações estabelecidas nos Princípios de Bom Governo, através, nomeadamente, da inclusão no Relatório e Contas de 2009 de um ponto específico sobre ao governo das sociedades, no qual consta, designadamente, uma avaliação do grau de cumprimento daqueles princípios.

De igual modo e tendo presente as orientações estratégicas globais para o SEE, definidas através da RCM n.º 70/2008, de 22 de Abril e o Contrato de Gestão subscrito por cada um dos membros do Conselho de Administração da STCP, S.A., sublinha-se que este Conselho de Administração evidencia no Relatório e Contas de 2009, bem como no Relatório de Execução do Contrato de Gestão 2009, as acções e os projectos que vão ao encontro das mesmas.

A actividade da empresa, explicitada no Relatório de Gestão e Sustentabilidade do exercício, reflectiu:

- A orientação do serviço para o cliente e a melhoria dos respectivos níveis de qualidade;
- A contribuição para o aumento sustentado de passageiros de transporte público na AMP;
- A contribuição para o aprofundamento da criação de um eficiente e eficaz Sistema de Transportes na AMP, em cooperação com os demais operadores intervenientes, públicos e privados, designadamente na coordenação de redes, horários, bilhética, informação ao público e rede de vendas;

- A concretização de acções de inovação que contribuam para a sustentabilidade ambiental, nomeadamente para a diminuição do nível de emissões poluentes;
- Também as acções e medidas concretizadas ao longo do ano, decorrentes da certificação obtida pela empresa em Dezembro de 2008, introduziram melhorias assinaláveis em muitas áreas e actividades;
- A contenção do agravamento do défice operacional, nomeadamente através do controlo de custos, do reforço da racionalidade económica, perseguindo a diminuição do peso financeiro do SEE, através da melhoria do desempenho da Sociedade,
- A preservação da componente social do transporte público;
- A promoção de um clima de paz social na empresa, estimulando o aumento da produtividade através da partilha de objectivos e responsabilidades com os trabalhadores;
- A formalização da proposta de contratualização do serviço público a prestar pela STCP foi mesmo objecto de deliberação do accionista na Assembleia-Geral de 6 de Abril de 2009, tendo o Conselho cumprido essa determinação no final de Dezembro passado e aguardando a convocação para a sua discussão com a Tutela (SET e SETF) onde se encontra em apreciação;
- A participação activa na definição do modelo de financiamento do sistema e da adequada regulamentação do mercado;
- De igual modo, a formalização da proposta de equilíbrio económico-financeiro da empresa está íntima e directamente ligada à proposta de contratualização já apresentada à Tutela sectorial e financeira.

Ainda relativamente aos **objectivos de gestão e metas quantificadas**, reforça-se que a Tutela fixou contratualmente objectivos anuais, tendo-se verificado que globalmente o Contrato de Gestão foi cumprido e até ligeiramente superado com um nível global de 102,1% de execução.

A análise individual dos 11 indicadores mostra que houve cumprimento em 7 deles, com um nível de cumprimento significativamente excedentário em quatro – Margem do EBITDAR, Custos Operacionais, ROACE e Peso dos Títulos Intermodais – com cumprimento claro em outros três indicadores – Proveitos Operacionais, Taxa



de Ocupação e Eficiência – restando quatro, dos quais três com cumprimento de 98% a 99% – Emissão de Poluentes, Qualidade da Oferta e Prazo Médio de Pagamento – e somente um com uma taxa de cumprimento muito baixa, de apenas 18% – Cumprimento do Plano de Investimentos.

Em face do exposto, fazemos uma apreciação positiva da actividade do Conselho de Administração da STCP, S.A.

4. Conclusão

Assim, considerando os elementos disponibilizados, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório e Contas de 2009 responde às exigências legais aplicáveis e às orientações estabelecidas pelo accionista, relevando a situação da Sociedade, pelo que somos de parecer que, sem prejuízo:

- da análise feita pelo Conselho Fiscal, acompanhar a opinião do Revisor Oficial de Contas, e reiterar as reservas e ênfases constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, nomeadamente, a assinalada no Relatório de Contas quanto ao incumprimento do disposto no art. 35.º do Código das Sociedades Comerciais e a contingência não provisionada nas demonstrações financeiras que pode decorrer de acções judiciais em curso, mormente com a autarquia do Porto; e

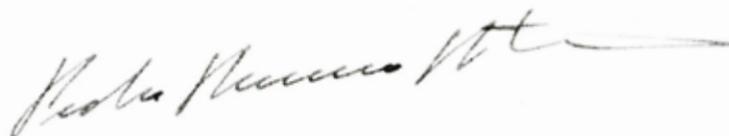
- de salientarmos, com alguma preocupação, o elevado nível de endividamento da empresa, resultante da utilização sistemática do recurso a capitais alheios, com elevados encargos financeiros, para financiar a sua actividade, nomeadamente o plano de investimentos.

propomos que sejam aprovados:

- O Relatório e Contas de 2009 apresentado pelo Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.; e
- A proposta de aplicação integral dos Resultados Líquidos apurados no exercício, no valor de 19.500.107,18 euros, na conta de Resultados Transitados.

Porto, 16 de Março de 2010

O Presidente do Conselho Fiscal,



Os Vogais do Conselho Fiscal,

Ara Alexandra Filipe Freitas

Luís Manuel Marques Lima

